



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DE TURISMO DE DESPORTO E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública Conjunta	Nº: 1773/09	DATA: 14/10/2009
INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 13h00min	DURAÇÃO: 02h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h30min	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR - Ministro de Estado do Esporte.

SUMÁRIO: Discussão sobre os preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

OBSERVAÇÕES
Reunião conjunta entre as Comissões de Desenvolvimento Urbano, Turismo e Desporto e Fiscalização Financeira e Controle. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Declaro aberta esta reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Urbano, de Fiscalização Financeira e Controle e de Turismo e Desporto que foi convocada nos termos dos Requerimentos nºs 78, de 2009, do Deputado Eduardo Sciarra, 169, de 2009, do Deputado Afonso Hamm, e 184, de 2009, dos Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes para discussão dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, com a presença do Ministro de Estado do Esporte, Sr. Orlando Silva.

Encontram-se compondo a Mesa o 1º Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Marcelo Teixeira, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Silvio Torres, e o Ministro Orlando Silva, que atendeu ao convite das 3 Comissões para vir hoje debater sobre a Copa do Mundo de 2014, sempre havendo espaço para falarmos também sobre as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

Inicialmente, concederei a palavra aos Presidentes das Comissões, para que apresentem suas considerações sobre o tema objeto desta audiência pública, a começar pelo Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Bom dia, Presidente Eduardo Sciarra, Deputado Marcelo Teixeira, 1º Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, e Ministro Orlando Silva, é um prazer recebê-lo aqui novamente. V.Exa. tem sido sempre muito atencioso e estado disponível aos convites das nossas Comissões e Subcomissões.

Esta é uma reunião de audiência pública conjunta, apesar de não conceder o tempo de que cada uma gostaria, mas sabemos dos compromissos de V.Exa. e procuraremos cumprir com a maior objetividade possível o papel desta audiência.

Ao saudá-lo, gostaria de dizer que todos nós estamos muito envolvidos no acompanhamento e nos desdobramentos não só da organização da Copa de 2014, como também, a partir de agora, da organização das Olimpíadas de 2016. A sociedade brasileira, de modo geral, não só se engaja na perspectiva de que esses eventos tenham grande repercussão no desenvolvimento do País e de todas as cidades-sede, especialmente o Rio de Janeiro, em 2016, mas, ao mesmo tempo, acompanha **esses** trabalhos e essa iniciativa do Governo com a preocupação de

[P_19681] Comentário: Supervisor.:Graç

[P2] Comentário: Sessão:1773/09 Quarto
Ta.:Andréa Nogueira Rev.:

[P3] Comentário: Sessão:1773/09 Quarto
Ta.:Andréa Nogueira Rev.:



sermos beneficiados por eles e de fazermos com que todos os recursos públicos a serem destinados aos eventos sejam acompanhados, fiscalizados e monitorados, resultando efetivamente num legado que não será apenas de uma geração, mas de várias gerações. O Brasil pode fazer desses momentos uma inflexão da vida esportiva, especialmente nas questões mais agudas, como mobilidade urbana e segurança, que esses jogos envolvem.

Terei oportunidade de fazer a V.Exa. alguns comentários sobre o que estamos acompanhando, especialmente da nossa Comissão, e espero contar com V.Exa. para nos fornecer as informações desejadas.

Sr. Presidente Eduardo Sciarra, solicito a V.Exa. que, além de mencionar, também convide a fazer parte da nossa Mesa o Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da Subcomissão Especial destinada a acompanhar a Copa de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Convido o Deputado Rômulo Gouveia a fazer parte da nossa Mesa, como Presidente da Subcomissão Especial e 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. O Deputado Silvio Torres depois terá oportunidade de, além de fazer sua saudação inicial ao Ministro, falar sobre os trabalhos da sua Comissão e do objetivo deste debate.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Teixeira, 1º Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, para que possa também fazer sua intervenção.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA - Caro Presidente Eduardo, caro Presidente Silvio Torres, caro amigo Ministro Orlando, caros amigos Parlamentares, diria que o Ministro Orlando e meu caro Presidente Eduardo estão de parabéns, como está de parabéns também o Presidente Lula.

Quem assistiu recentemente pela televisão à questão das Olimpíadas, viu que o País está no caminho certo. Naquele instante, senti-me um brasileiro orgulhoso de ver figuras como o Presidente Lula, o Ministro Orlando, o Ministro Barreto e o Carlos Nuzman numa felicidade muito grande que colocava nosso País, com certeza, em uma responsabilidade muito grande possivelmente pelos investimentos que terá de enfrentar.

Teremos vários eventos esportivos que, com certeza, nos trarão... E olhem que temos 5 cidades do Nordeste, o que significa, caro Ministro Orlando,



praticamente meia Copa somente nessa região. Isso nos remete à obrigação de cada vez nos empenharmos e trabalharmos mais para que nosso País dê o resultado correto, concreto, pois recentemente fomos escolhidos para as Olimpíadas de 2016, o que, com certeza, trará muitos turistas ao País.

Seja bem-vindo, caro Ministro Orlando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Agradeço ao Ministro Orlando Silva por sempre ter sido muito atencioso com o Congresso Nacional.

Hoje vamos falar sobre a Copa do Mundo de 2014 e, evidentemente, sobre as Olimpíadas. Passada a euforia do momento em que tomamos ciência da importância do desafio, vemos que temos preocupações relevantes com relação ao preparativo para os 2 eventos. Um ano antes da Copa de 2014, haverá a Copa das Confederações, quando teremos de estar com algumas obras, principalmente dos estádios, encaminhadas e resolvidas. Há muitas obras de infraestrutura, investimentos na área de segurança e tantos trabalhos a desenvolver, inclusive no Congresso Nacional, para atender a algumas necessidades da organização da Copa. É um desafio que nos impõe muita responsabilidade.

O Ministro Orlando sabe bem da deficiência do nosso País na área de infraestrutura. Isso é de longos anos. Na semana passada, o Ministro Márcio Fortes esteve nessas 3 Comissões debatendo esse assunto. Está-se fazendo um esforço muito grande no Governo para investir um percentual maior do PIB do que é investido hoje. Nós estamos tentando investir 1% do PIB e não estamos chegando a nem metade disso em obras de infraestrutura, Ministro. E nos preocupam alguns entraves, empecilhos, que historicamente têm trazido dificuldades na realização de obras, como questões ambientais, questões vinculadas ao Tribunal de Contas, situações de falta de planejamento no momento oportuno. A maturação de determinados investimentos tem um prazo e não tem como atropelá-lo. Evidentemente, nós, no Congresso Nacional, estamos ao mesmo tempo preocupados e querendo interagir para ajudar nesse processo.

Então, Ministro, é importante a sua participação para nos falar sobre essas questões. Há investimentos privados que serão feitos para atender a essa demanda. E esses investimentos precisam de organização de financiamento, no caso do



BNDES, para os 3 estádios que não são públicos — Morumbi, Beira-Rio e Arena da Baixada, do Atlético Paranaense, em Curitiba. Essas questões estão preocupando a todos nós e gostaríamos de ouvir do Sr. Ministro sobre o andamento dessas ações.

O Ministro Márcio Fortes esteve aqui, na semana passada, e não nos trouxe um planejamento já formulado pelo Governo, mas disse que estava em curso. E nós queremos saber do Ministro a quantas anda essa programação.

Comunico aos Srs. Parlamentares que há uma lista de inscrição à disposição dos que queiram inquirir o Ministro.

Com a palavra o Sr. Ministro Orlando Silva, que dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição. Se precisar falar mais, fique à vontade.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Eduardo Sciarra, ao Deputado Silvio Torres, que preside a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, e ao Deputado Marcelo Teixeira, 1º Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto desta Casa, a gentileza de permitir que aqui estivéssemos esta manhã. Obrigado pela presença a cada uma das Sras. e dos Srs. Deputados.

De saída, é necessário agradecer ao Congresso Nacional, porque a conquista da realização dos jogos olímpicos pela cidade do Rio de Janeiro deve-se inclusive à ação deste Parlamento.

O Presidente Lula, em Copenhagen, entregou na mão do Presidente do Comitê Olímpico Internacional, acompanhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, o ato olímpico. Esse gesto teve um grande impacto na Assembleia do Comitê Olímpico Internacional, porque só o Brasil ofereceu as garantias que o País necessita apresentar na forma de lei, do ato olímpico, que foi aprovado na Câmara e no Senado da República.

O crédito da celebração da conquista dos jogos olímpicos para a cidade do Rio de Janeiro deve ser partilhado com o Congresso Nacional — a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Essas Casas, ao aprovarem esse documento, tiveram uma atitude decisiva, assim como a tiveram na aprovação do Orçamento federal destinado a financiar a candidatura do Rio de Janeiro. O principal financiador



da candidatura Rio 2016 foi o Governo Federal, a partir do Orçamento aprovado nesta Casa.

Sr. Presidente, Deputado Eduardo Sciarra, agradeço a participação ao Congresso brasileiro nessa importante conquista do nosso País.

Em segundo lugar, quero me colocar à disposição, Deputado Silvio Torres, para comparecer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em qualquer tempo, de modo que possamos, sempre que possível, oferecer informações e dados para que o Congresso faça seu trabalho de acompanhamento no tempo adequado das ações realizadas pelo Poder Executivo.

Não é a primeira vez que se fala aqui sobre a Copa do Mundo. Sei que outros companheiros de governo estiveram aqui, assim como representantes da CBF e de entidades da sociedade brasileira, e todos devem ter partido da informação de que a Copa é um dos maiores eventos do planeta. Se fosse possível somar as audiências da última edição do Mundial, realizado na Alemanha, chegaríamos ao impressionante número de 30 bilhões de pessoas acompanhando aqueles jogos. Evidentemente, é uma audiência acumulada que equivale a 70 mil horas de transmissão por 500 redes de TV. São 20 mil profissionais de mídia de 204 países que participam desse acontecimento. Portanto, sem sombra de dúvida, é o evento midiático de maior repercussão do planeta.

A FIFA teve mais de 4 bilhões de acessos ao seu *site*. Então, diria que a Copa do Mundo é, de saída, uma grande plataforma de promoção do nosso País.

Existe um setor da economia, que é um beneficiário muito importante dessa realização: o turismo. Historicamente, o período de realização do Mundial atrai perto de 400 mil visitantes ao país que realiza o evento. No Brasil, perto de 500 mil turistas são esperados para a realização da Copa do Mundo de 2014, o que terá um impacto seguramente muito poderoso.

Na realização da Copa, a Alemanha teve impacto de 5 bilhões e meio de reais, só no turismo, convertendo para a moeda brasileira. Portanto, esse é, de fato, um evento que terá um impacto na economia e no desenvolvimento do País muito importante.

Os senhores sabem que, no final de 2007, o Brasil foi escolhido como país-sede. Desde então, uma série de negociações foram estabelecidas com a FIFA



em torno de um tema que tem a ver com esta Casa: as chamadas garantias governamentais. Vou falar um pouco sobre os temas que vão ganhar forma de projeto de lei e que devem chegar, nos próximos dias, a esta Casa. Há mais de 1 ano, existe uma negociação em curso com a FIFA em torno dessas garantias, temas que impactam a legislação brasileira, as normas que orientam nosso País.

Mas uma data-chave da preparação da Copa do Mundo no Brasil deu-se agora, em 2009. Em 2008, a FIFA esteve inúmeras vezes no Brasil, avaliando as condições de 18 cidades que pleiteavam realizar os jogos da Copa do Mundo. No dia 31 de maio deste ano, a FIFA se decidiu pelas cidades-sede. São 12 cidades, 4 delas na Região Nordeste. Creio que a escolha da FIFA foi importante porque permitiu a nacionalização da Copa do Mundo. Incorporaram-se uma cidade da Amazônia, uma cidade do Pantanal, diversas cidades do Nordeste, o Centro-Oeste e o Sul do Brasil. Se unir os pontos das cidades-sede da Copa do Mundo, replicar-se-á o mapa do Brasil, o que vai nos ajudar a fazer da Copa um instrumento de indução do desenvolvimento no plano nacional.

Portanto, 31 de maio deste ano foi a data-chave da definição das cidades-sede. No plano futuro próximo, há uma segunda data-chave, que será o dia 28 de fevereiro de 2010. No cronograma da FIFA, é a data-limite para iniciar as obras de construção e reforma dos estádios e das arenas onde acontecerão os jogos da Copa do Mundo. O início e o final são datas importantes, e 31 de dezembro de 2012 é uma data-chave porque é quando ocorrerá a entrega dos estádios e das arenas, de acordo com os compromissos firmados entre as cidades e a FIFA.

Quero falar aos senhores sobre 6 temas que têm relação direta com a preparação do Mundial. Primeiro, vou me referir à questão das garantias governamentais. Onze Ministérios e a Presidência da República ofereceram garantias à FIFA. São temas ligados à permissão de entrada e saída, permissões de trabalho temporário, direitos alfandegários de impostos, isenção geral de impostos para a FIFA e seus parceiros, segurança e proteção dos visitantes e das equipes, facilitação de bancos e câmbio, procedimentos de imigração, alfândega e *check in*, proteção de exploração de direitos comerciais, hinos e bandeiras nacionais, indenização, infraestrutura de telecomunicação e tecnologia da informação.

[P6] Comentário: Sessão:1773/09 Quarto
Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



A agenda do Governo Federal é essa, são essas as garantias em torno desses temas. Boa parte desses temas já possui abrigo na legislação brasileira, mas a FIFA tem argumentado conosco sobre a necessidade de ser aprovada, no Brasil, uma espécie de lei geral para a Copa do Mundo que vai abarcar todos os temas a que me referi, com exceção dos temas tributários. Esse projeto de lei geral para a Copa do Mundo no Brasil está na FIFA. Ela nos enviou uma primeira versão, fizemos uma crítica, devolvemos o documento à FIFA, que, provavelmente, até o final deste ano, deve apresentar nova versão para que o País possa encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei, chamado Lei Geral da Copa do Mundo, que tratará desses temas a que me referi, com exceção dos temas tributários.

Sobre a matéria tributária, há um projeto de lei que trata, sobretudo, de isenção de tributos para a FIFA e seus parceiros e um projeto que está tramitando no Ministério da Fazenda. Ontem houve uma última rodada que envolveu a Fazenda, a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e está na fase de finalização. Minha expectativa é de que, quem sabe, ainda no mês de outubro, possamos enviar a esta Casa esse projeto de lei para a manifestação dos senhores.

Diria que esse é um tema sensível. Temos dialogado com a FIFA, referenciados na seguinte ideia: pautar isenções tributárias semelhantes às isenções tributárias oferecidas pelos países que até o momento receberam os jogos da Copa do Mundo. Então, as referências são: Alemanha, Japão/Coreia do Sul e França, onde foram realizados eventos. Fizemos um estudo comparado da legislação tributária de todos esses países. É evidente que em cada um há regras tributárias próprias diferentes do sistema brasileiro, mas são referências que podem inspirar nosso trabalho e, quando finalizado o projeto, teremos oportunidade de voltar a falar sobre o tema.

Deputados Eduardo Sciarra, Silvio Torres e Marcelo Teixeira o primeiro tema importante da Copa do Mundo diz respeito à legislação. Esse tema, na face tributária, vive um momento de finalização na Fazenda e deve ser encaminhado pela Casa Civil nos próximos dias. O projeto da Lei Geral da Copa do Mundo ainda está nos domínios da FIFA. Teremos de aguardar o envio desse projeto, mas diria que são temas de operacionalização dos jogos, são temas de baixa complexidade, e imagino que podem ter uma tramitação célere nesta Casa.



O segundo tema importante diz respeito aos estádios. É um tema local. Estádio, arena, o lugar do jogo é fundamental para a realização do evento, mas é um tema local, foi assinado pelas cidades e pelos Estados, e o Governo Federal não tem qualquer responsabilidade com a viabilização desses empreendimentos. Fomos, entretanto, provocados por muitas cidades e por muitos Estados argumentando restrição da capacidade de investimento e argumentando que a crise internacional havia retirado parte da liquidez do mercado e diminuído a capacidade de investimento de parceiros privados. Isso nos estimulou a pautar um diálogo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. Houve uma série de reuniões com esse banco, a partir do seu Presidente Luciano Coutinho. O banco estruturou uma linha de financiamento para construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo. É uma operação bancária, é um financiamento.

A definição que temos neste instante é de que o BNDES já apresentou às cidades interessadas e aos parceiros privados... Num primeiro momento, houve dúvida se haveria capacidade de oferecer garantias por parte dos parceiros privados, mas muitos deles, Deputado Afonso Hamm — prazer em vê-lo —, como o São Paulo Futebol Clube, o Atlético Paranaense e o Internacional, de Porto Alegre, proprietários de estádios oferecidos pelas cidades para a Copa do Mundo, já se posicionaram no sentido de cumprir as garantias pautadas pelo BNDES. A equipe técnica do banco autorizou 4 bilhões e 800 milhões de reais, aguardando apenas uma resolução do Conselho Monetário Nacional, que deve acontecer no final do mês, conforme todos sabem, na sua reunião mensal.

Esse financiamento terá um prazo de carência de 3 anos, estabelecido pela equipe técnica do banco, e um prazo de pagamento de 10 anos. As taxas de juros regulares são as praticadas pelo BNDES. Poderá haver um diferencial no caso dos entes privados, dos proprietários dos estádios. O banco pauta a necessidade de agente tomador, porque ele não pretende ter relação direta com os clubes de futebol, em função do tema garantias. Evidentemente, com a existência de agente tomador, pode ser incluído *spread* bancário.

No tema arenas, o nó-chave, o nó principal, a dificuldade, o ponto crítico era financiamento. Esse ponto crítico foi enfrentado com essa linha de 4,8 bilhões, criada pelo BNDES, que vai financiar, com o teto de 400 milhões de reais, cada

[P7] Comentário: Sessão:1773/09 Quarto
Ta.:Nini Rev.:



construção ou reforma de estádios. Por que o teto? O teto foi fixado a partir de um estudo que realizamos da construção e reforma de estádios na África do Sul, que está em curso; na Alemanha; na Coreia, e no Japão, o qual fixou o custo unitário por assento. Multiplicamos o custo unitário por assento pelo número mínimo de assentos exigidos pela FIFA, porque acreditamos que é necessário haver modéstia na construção dos estádios para a Copa do Mundo.

Há estádios que têm grande peso no futebol, têm uma média de público excelente e farão a utilização desses equipamentos no limite, mas há estádios que têm tradição média de público muito aquém daquele padrão mínimo estabelecido pela FIFA. Por isso, em alguma medida política, há a decisão de induzir a construção de arenas, de estádios mais modestos, no limite mínimo estabelecido pela FIFA, a partir de uma memória de cálculo feita com estudo de casos das últimas edições da Copa do Mundo, já incluindo aí a edição que ora está sendo preparada na África do Sul. Fixar um teto máximo, o BNDES financiará até 75% do valor do projeto. Evidentemente, o parceiro terá uma contrapartida na preparação dessas arenas. Será oferecido crédito, insisto, a entes públicos e a atores privados, desde que se cumpra com as garantias exigidas pelo banco.

Portanto, o tema estádios, sobre o qual já realizamos uma série de reuniões, está maduro nas cidades brasileiras.

A FIFA realizou 2 seminários, o Ministério do Esporte e o BNDES fizeram uma rodada com todas as cidades e, recentemente, uma outra rodada foi feita com a Casa Civil. Creio que agora, no final de outubro... É aguardar a resolução do Conselho Monetário Nacional e os entes interessados se posicionarem na captação desses recursos. Já há projetos básicos da maioria das cidades.

Há um tema que aqui, acolá, valorizo muito: a certificação ambiental, sobre a qual a FIFA tem feito recomendações. Acredito que pode permitir um resultado importante de sustentabilidade ambiental dessas arenas e pode ter um impacto no legado, no resultado da preparação da Copa no Brasil.

Então, sobre o tema arena, Sr. Presidente Sciarra, era o que tinha a dizer.

Com relação ao tema aeroportos, talvez seja o mais sensível neste momento da preparação do mundial da FIFA. Por quê? Porque, primeiro, o Brasil é um país continental; segundo, para percorrer tamanhas distâncias a alternativa aeroportuária



é a principal para a circulação dos visitantes durante a realização do mundial. Não me refiro nem à malha aérea, porque é um assunto que terá de ser debatido adiante. Mais próximo da realização do mundial, teremos de ter um mecanismo mais eficiente de circulação entre as cidades brasileiras. Refiro-me à infraestrutura aeroportuária, dos aeroportos, sobretudo terminais de passageiros. A maioria dos aeroportos das cidades que receberão jogos da Copa do Mundo estão próximos da saturação. É necessário expansão do terminal de passageiros. Em alguns casos é necessário ampliação ou mesmo construção de nova pista de pouso e decolagem nessas instalações.

Os senhores sabem que o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC prevê 2,5 bilhões de reais para investimento nos aeroportos das cidades-sede e já estão disponíveis. Acredito que o esforço da INFRAERO será muito importante para o cumprimento do cronograma de realização dessas obras. Esse é o desafio central: cumprir o cronograma, que a INFRAERO já elaborou, já nos apresentou, e dá conta de entregar esses aeroportos. Evidentemente, a margem hoje é nenhuma; o cronograma é justo, e a INFRAERO tem a responsabilidade de cumpri-lo, de modo que não tenhamos sobressaltos, porque se não houver aeroporto nas cidades da Copa do Mundo com capacidade para receber os visitantes, nós podemos, digamos, viver um colapso na realização do mundial da FIFA. Por isso chamo a atenção dos senhores para esse tema, pela complexidade das obras, que merece cuidado. Da parte do Governo Federal, o recurso foi disponibilizado. Insisto: é cumprimento do cronograma pela INFRAERO, que, aliás, poderia ser a interlocutora importante no Congresso Nacional no que diz respeito à preparação do Mundial de 2014.

Terceiro tema: mobilidade urbana.

Meu colega Márcio Fortes, que teve o privilégio de conviver com os senhores, já apresentou suas impressões quanto a esse tema.

Evidentemente que as rodadas realizadas com todas as cidades que receberão jogos da Copa do Mundo serviram para sinalizar e organizar o encaminhamento de projetos pelas cidades.

Os critérios apresentados pelo Ministro Márcio Fortes orientarão os investimentos em mobilidade urbana. Primeiro, projetos que tenham conexão direta com a Copa do Mundo, que liguem o aeroporto à rodoviária, à zona hoteleira e à



arena, ao estádio. Esse circuito tem de ser cumprido no projeto mobilidade urbana, pensando na Copa do Mundo. É evidente que ficará o legado e melhorará a situação das cidades, mas, pensando na operação da Copa do Mundo, os projetos selecionados deverão ter conexão direta com a realização do mundial. Segundo, exequibilidade no prazo disponível. O prazo daqui ao Mundial da FIFA é muito curto. Então, é preciso soluções que cumprem com esse prazo disponível. E, terceiro, a solução mais barata, a solução mais eficiente do ponto de vista do uso dos recursos públicos, um exemplo clássico que se transformou à luz dos projetos apresentados pelas cidades. Muitas vezes, em vez de veículo leve sobre trilhos, é possível ter um corredor de ônibus rápido, uma solução que tem o mesmo impacto e um resultado muito melhor do ponto de vista financeiro.

O Ministro Márcio Fortes deve ter discorrido aqui sobre o tema mobilidade urbana.

O Presidente Lula, de saída, autorizou 5 bilhões de reais para financiamento desses projetos, as cidades apresentaram um volume maior de demanda e saímos da rodada com o Governo Federal com a tarefa de hierarquizar, priorizar, quais investimentos fundamentais serão financiados do ponto de vista de mobilidade urbana. A expectativa do Presidente Lula, inclusive, é de que o anúncio dessas medidas não passe de novembro. Há uma previsão inicial de agenda com o Presidente Lula para que ainda em novembro seja feito o anúncio de investimentos no tema mobilidade urbana.

Sei que meu companheiro, Luiz Barretto, Ministro do Turismo, virá à Câmara dos Deputados para discorrer sobre as ações de turismo, um outro tema central de preparação, pela dimensão que pode ter, do ponto de vista econômico, a realização do Mundial da FIFA. Então, seria dispensável eu tecer qualquer comentário no que diz respeito às ações vinculadas ao turismo, já que haverá a presença do titular da Pasta, que, com maestria, tenho certeza, abordará esse tema.

Chamo a atenção apenas para quais investimentos na área portuária estão previstos. Por quê? Porque a construção de um hotel não se dará em função da Copa do Mundo. É preciso viabilidade econômica para um empreendimento como esse, que tem um prazo de maturação longo. Especula-se que 10 anos é o prazo para maturar um investimento realizado na construção de um hotel.



Nesse sentido, como o Brasil tem uma costa enorme e muitas cidades portuárias que participam do projeto da Copa de 2014, a Secretaria Especial de Portos já tem preparado investimentos na instalação, construção, implantação e ampliação de terminais turísticos nas cidades costeiras, nas cidades onde há portos, inclusive Manaus — é muito importante na cidade de Manaus a ampliação da capacidade de receber navios —, para que possamos dar um suporte com leitos temporários às cidades. A ideia é encostar navios transatlântico e a partir daí ter leitos temporários em todas as cidades. Essa é uma solução que tem um impacto importante, pode até secundariamente ajudar na circulação interna do País de algumas comunidades, de algumas delegações, de alguns visitantes que para cá virão.

Então, chamo a atenção para o fato de que são intervenções, na média, de baixo custo. A Secretaria Especial de Portos fez o orçamento desses investimentos. São obras de baixa complexidade, que serão realizadas num prazo curto, mas são fundamentais para a qualificação das ações de turismo do ponto de vista da infraestrutura.

Como disse, não vou comentar sobre as iniciativas realizadas na área de turismo, porque meu colega, hoje à tarde, terá oportunidade de falar sobre essa questão.

Diria, Srs. Deputados, que os preparativos para a Copa de 2014 tem uma dimensão legal que vai colher a contribuição da Câmara e do Senado. Essa dimensão legal vive no interior do Governo a sua fase final dos temas tributários. Insisto: ainda em outubro, no máximo em novembro, deve chegar a esta Casa um projeto de lei que trata de temas tributários para a Copa de 2014, para que os senhores possam apreciá-lo.

A chamada Lei Geral da Copa do Mundo segue nos domínios da FIFA, deve ser encaminhada ao Brasil num prazo breve. A partir daí será conduzida, desde que com a adequada crítica, ao Congresso Nacional, a fim de que possa se manifestar.

Sobre o tema arenas, foi resolvido financiamento pelo BNDES. O recurso deve ser autorizado pelo Conselho Monetário Nacional.

Aeroportos é um tema de preocupação. Há recurso disponível, e a nossa preocupação é com o cronograma, que é muito justo.



Quanto à mobilidade urbana, a expectativa é de que até novembro tenhamos novidade ou anúncio dos investimentos, levando em conta os seguintes critérios: conexão com a Copa; exequibilidade no prazo, e soluções mais eficientes e mais baratas. É um tema que para nós tem importância. E também já há algum recurso disponível: 5 milhões de reais para financiar esses projetos.

Era o que tinha a dizer, Srs. Presidentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Agradeço ao Ministro Orlando Silva a exposição.

De imediato, passamos ao debate.

O Deputado Afonso Hamm, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, já se encontra presente.

Informo aos Deputados inscritos que poderão interpelar o convidado sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá 3 minutos para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, não se permitindo ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Para iniciar, concederei a palavra aos autores do requerimento.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm, autor e Presidente da Comissão de Turismo e Desporto.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Em primeiro lugar, cumprimento o Deputado Sciarra, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, o Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o Deputado Rômulo e todos os colegas Parlamentares.

Por conta da vinda do Ministro Orlando Silva a esta audiência pública, temos a presença de vários Parlamentares que não atuam no dia a dia nesta Comissão, mas têm interesse nas questões ligadas ao esporte.

Em primeiro lugar, quero dizer das razões pelos quais havíamos feito esse convite já há algum tempo. Na condição de Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, temos que reconhecer — diante de toda essa representação — o trabalho dos meios de comunicação e de tantas lideranças que se interessam pelo esporte e, sobretudo, por sediar a Copa do Mundo no Brasil, em 2014.



Cumprimento o Presidente Lula, o Governador e o Prefeito do Estado do Rio de Janeiro, suas equipes de trabalho e especialmente o Ministro do Esporte e o Comitê Olímpico Brasileiro — COB pela competente atuação perante o comitê organizador.

Na ocasião em que fizemos aquela rodada, no Rio de Janeiro, com o Comitê Olímpico Internacional, na qual eu estava presente, foi fundamental o convencimento sobre os propósitos do Brasil de sediar os Jogos Olímpicos.

Foi uma conquista para o Brasil, para o povo brasileiro, sediarmos, de forma inédita, as Olimpíadas. Sabe-se do relevante papel e da importância de todos, mas sublinho a missão do Ministro. Ele cumpriu de pleno e liderou esse processo mesmo nos momentos em que havia descrédito. É uma conquista para o País, e o Ministro teve um papel preponderante.

Com relação à Copa, distribuímos agora o nosso informativo, para o qual chamo a atenção de todos. Já realizamos 3 fóruns sobre a Copa — Manaus, Natal e Porto Alegre. Nós os estamos realizando em 2 ocasiões, com a presença inclusive do Ministro.

Será realizado amanhã, quinta-feira, em Cuiabá, o quarto fórum. Estamos fazendo o detalhamento e levantando as necessidades. Sei que há instâncias competentes para fazer esse trabalho, mas aproveito a presença do Ministro para encaminhar providências necessárias. Uma delas são as legislações. Por isso, as Comissões do Turismo e Desporto e a do Senado estão fazendo os próprios fóruns. Há uma demanda e uma urgência em relação, por exemplo — vou falar no meu Estado —, ao início das obras do Estádio Beira-Rio.

Tenho certeza de que há a preocupação de que possamos votar o projeto no Congresso e encaminhá-lo ao Governo para haver alguns redutores em relação à construção, que já se inicia. Existe a angústia de início de obras. No caso do Estádio Beira-Rio, no Rio Grande do Sul, as obras já foram iniciadas, mas não se está podendo contar com alguns redutores fundamentais para o barateamento delas.

Da mesma forma, as obras de infraestrutura são necessárias. Esse projeto tem de ser enviado ao Congresso o mais rápido possível, para que possamos aprofundar o debate e, com responsabilidade, aprovarmos o projeto. Assim,



poderemos ter o desdobramento e a efetividade das obras que estamos pautando. Estamos trabalhando dentro desse propósito porque as obras são necessárias.

Ademais, quero encaminhar — o tempo é limitado e muitos Parlamentares querem manifestar-se — alguns pleitos ao Ministro. Primeiro, sublinho, quanto a esses fóruns, que teremos um relato no final do ano. Mas nada impede que os encaminhamentos elaborados nos fóruns sejam feitos de forma direta.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do Dr. Flávio Barreiro, que representa o Presidente do MAC de Caçapava, que tem o Projeto Centro Esportivo e Educacional Bola pra Frente, que tem o objetivo de trabalhar com a URCAMP, e do Dr. Luís Vagner Vivian. Hoje estaremos, no final da tarde, no Ministério, para buscar apoio a projetos dessa natureza, ou seja, que contemplam iniciativas que estão ocorrendo em todo o Brasil.

Também queria fazer um relato, que já fizemos ao Ministro Márcio Fortes, na semana passada. Não podemos pensar em 8 ou 80. Nós precisamos, para alguns projetos de necessidade pública, de necessidade de infraestrutura importante, de recursos que não são somente os financiamentos.

Há necessidade de algumas obras estruturantes, para as quais serão fundamentais recursos orçamentários da esfera federal, estadual e — quem sabe? — municipal. Temos de ter clareza de que, para realizar uma Copa, vão ser necessários recursos públicos sim. Podemos fazê-lo de forma criteriosa e absolutamente transparente. Parece-me que logo, logo teremos de definir um plano de obras estratégicas e necessárias com recursos públicos. Sei que neste momento estão definidos planos de financiamento para promover algumas obras em estádios, em aeroportos e em tantas mais.

Coloco esse tema para debate, porque efetivamente o Brasil vai necessitar fazer alguns investimentos. De forma apropriada, com a colaboração da Câmara Federal, em especial das nossas Comissões e de todos os Parlamentares, haveremos de contribuir para realizar com êxito, em 2014, a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, as Olimpíadas, com sede no Rio de Janeiro.

Reforço a necessidade da celeridade dos critérios e dos encaminhamentos legislativos, pois temos somente 60 dias de atividade parlamentar. Em seguida, virá

[P11] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:10 Taq.:Maria Rev.:



o recesso, a virada do ano. E tenho certeza de que é procedente e oportuno fazermos esse detalhamento o mais breve possível.

Eram essas as nossas considerações iniciais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Obrigado Deputado Afonso Hamm.

Como autor do requerimento, quero, rapidamente, para não tirar a oportunidade dos demais Parlamentares, fazer algumas considerações a respeito do que foi dito pelo Ministro. A sua preocupação, Ministro, é a mesma de todos os que estão envolvidos, com responsabilidade e competência, no projeto de realização da Copa do Mundo. Que fique um legado positivo dessa realização.

A preocupação do Ministro com os aeroportos é também de todos nós. Nós não estamos quase saturados. Nós já estamos saturados. Em vários aeroportos, há demanda, na operação normal, de um país que viaja a negócios, a lazer, enfim, que necessita locomover-se.

Temos hoje um problema seríssimo com relação aos nossos aeroportos. Estão alocados 2,5 bilhões de reais, mas não se consegue dar vazão a essas obras. Talvez esse seja o principal gargalo. Temos plena consciência de que é necessária uma ação forte neste sentido, porque já estamos muito atrasados com relação a esses investimentos. Não é somente quanto a terminais de passageiros. Uma série de investimentos têm que ser realizados. Em alguns casos, questões de equipamentos, em outros, questão de desapropriação para ampliação de pista e tantas outras necessidades.

Lembro que, numa Copa do Mundo, há necessidade de deslocamento de uma cidade para outra. Muitas pessoas que estarão no Brasil para assistir à Copa do Mundo não dormirão na cidade de realização do jogo. Aviões fretados os levarão e os trarão de volta.

Além do fluxo das pessoas que estarão na cidade e chegarão ali, há esse fluxo do próprio dia do jogo.

Ministro, há a questão das obras de investimentos para mobilidade urbana. Parece-me que o valor de 5 bilhões está aquém do necessário. Algumas cidades



têm investimentos voltados para obras que melhorem o fluxo e a mobilidade para a Copa do Mundo, especificamente.

Temos de lembrar também que as pessoas não se reunirão só nos estádios para assistir aos jogos. Teremos as FANFESTs não só nas cidades-sedes, mas em várias outras. Haverá a aglomeração de 10, 15 mil pessoas para assistirem aos jogos nos telões. A partir da Copa da Alemanha, eles passaram a ser uma realidade importante para atendimento de tantas pessoas que querem assistir aos jogos, não estando presentes necessariamente nos estádios.

Então, Ministro, faço essas considerações, manifestando, mais uma vez, a minha preocupação.

Passarei a palavra aos autores do requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, iniciando pelo Deputado Rômulo Gouveia. Depois ouviremos o Deputado Paulo Rattes e posteriormente o Presidente Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Srs. Presidentes de Comissão, Sr. Ministro, serei bastante breve.

Em primeiro lugar, a exemplo do que fizeram os demais Presidentes, ressalto o respeito e a atenção de V.Exa. ao Parlamento. Mas há algumas preocupações em relação a esta Comissão, desde o instante do requerimento do Deputado Paulo Rattes, da criação da Subcomissão de Controle dos Gastos, de alguns mecanismos que estruturamos — a rede de proteção, os convênios com o Tribunal de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, o empenho pessoal do Presidente Silvio Torres.

Estamos para votar o Orçamento de 2010. No Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias... A essa altura nós não temos uma definição de gastos público e privado, de que forma se dará o ato de criação ou decreto do comitê ou da Comissão que vai coordenar... Inclusive — isso é importante —, o Governo não definiu a participação do Parlamento até agora. Nós, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização Financeira e Controle dos Gastos, a essa altura não temos uma definição específica.

Antes havia informações de que a questão dos estádios seria da iniciativa privada. Agora a própria CBF já admite recursos públicos. Não somos contra o



investimento público. Porém, precisamos otimizar esses gastos, saber quais são as prioridades e o montante desse valor.

Podem ter certeza de que a Comissão já está estruturada para acompanhar a questão. O nosso desejo é que haja investimentos dentro da realidade do País, sem qualquer dificuldade para as demais ações de educação e saúde.

Nesse sentido, a minha pergunta inicial é: quando será publicado o ato do Comitê da Comissão, que já se reúne informalmente, mas oficialmente... Eu já participei de algumas reuniões. Qual é a previsão para o Orçamento de 2010? Já existe uma estimativa de gastos públicos? O que está sendo buscado em termos de parceria público-privada? Até porque, recentemente, o Presidente Silvio Torres esteve informalmente com o Comitê e com a equipe que organizou a Copa da Alemanha. Foi uma das copas bem-sucedidas, tanto em relação ao funcionamento, como em relação à continuidade dos equipamentos. E pôde presenciar um investimento muito alto da iniciativa privada. Se bem que hoje, no mundo, a realidade é diferente. São minhas perguntas iniciais.

Cumprimento, mais uma vez, o Ministro e volto a registrar a relação, o respeito que S.Exa. tem tido com o Parlamento. Com certeza, no decorrer do processo, vamos precisar, sim, da presença do Ministro na Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos com a Copa do Mundo de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Com a palavra o **Deputado Paulo Rattes**.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Cumprimento o Sr. Ministro, os membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados.

A nossa preocupação, Ministro, é tão grande quanto a de V.Exa. Todos nós, brasileiros, torcemos pelo êxito da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Isso é evidente, claro.

A criação da Subcomissão de Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos dos jogos da Copa do Mundo é para que não se repitam os erros do passado. Devemos sempre nos mirar no passado para construirmos uma boa história.



Hoje ainda, no jornal *O Globo* — V.Exa. deve ter lido a notícia, Sr. Ministro —, vimos que, além de a Procuradoria-Geral de Justiça criar uma Comissão Especial de acompanhamento... Essa Comissão acompanha outras comissões criadas dentro do Parlamento, dentro do Tribunal de Contas, para que tudo isso tenha êxito. E o que nos preocupa a todos? Nós não queremos discutir as questões do passado, embora elas ainda sejam citadas. Por exemplo, por causa do atraso, o Engenhão custou 100 milhões de reais a mais. Ninguém provou isso, mas hoje o assunto é tema de debate no Parlamento, na sociedade e na imprensa brasileira.

Qual é a nossa preocupação? Como disseram muito bem todos os que me antecederam, especialmente o Deputado Rômulo Gouveia, a nossa preocupação é com a possibilidade de acontecer a mesma coisa que aconteceu nos Jogos Pan-Americanos.

Esperamos que, depois da realização da Copa do Mundo — e tenho certeza de que vamos realizá-la bem —, não fiquemos discutindo de que maneira foi aplicado o dinheiro.

Então, solicitamos que haja transparência, que haja permanente discussão com este Parlamento, com a sociedade, para que V.Exa. possa, junto com o Governo, que eu apoio — sou da sua base... Que possamos nos orgulhar de ter construído uma Copa do Mundo, em que seremos vencedores, se Deus quiser, e ao mesmo tempo dar exemplo não só no que diz respeito às obras em si, mas à honestidade e à clareza da realização delas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Obrigado, Deputado Paulo Rattes.

Com a palavra o Deputado Silvio Torres, também como autor do requerimento.

Em seguida nós passaremos a palavra ao Ministro para responder as primeiras intervenções. Na sequência, concederemos a palavra aos demais inscritos, que são 9.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Ministro, mais uma vez agradeço a V.Exa. a presença e renovo os meus cumprimentos, que já foram feitos por meio de um telefonema, pela conquista da realização das Olimpíadas no Brasil. Eu sei que o



Ministério teve um papel relevante, especialmente V.Exa., que foi um dos artífices vitoriosos dessa conquista.

Vou tentar ser breve, até para permitir que haja mais debates.

Quero realçar algumas questões, Sr. Ministro. Começarei reforçando o que o Deputado Rômulo Gouveia disse sobre a nossa imensa preocupação com o fato de, passados 2 anos da conquista para sediar a Copa, não tenhamos ainda um comitê executivo organizador conhecido. Temos notícias de comitês internos do Governo, mas até agora não sabemos qual é o Ministério, quem representa o Governo na interface com o Congresso Nacional, na interface com a sociedade, na interface com a FIFA, na interface com todos os agentes.

A Alemanha, como foi dito aqui, realizou uma Copa exemplar. Desde que conquistaram o direito de sediar a Copa, 14 Ministérios se integraram, por meio de uma coordenação única. E um deles, o Ministério do Interior, teve a responsabilidade de fazer a coordenação e o acompanhamento. Eu credito a isso um dos fatores de sucesso.

O Deputado Paulo Rattes lembrou os Jogos Pan-Americanos. O que faltou exatamente foi quem respondesse pelas ações, foi a matriz de responsabilidade de cada ente participante de todos os eventos, de todas as necessidades apontadas e de todos os compromissos assumidos.

Há também preocupação com o grande atraso na organização da Copa de 2014. Há muitas ideias, muitas opiniões, muita preocupação com as Olimpíadas de 2016. Mas, antes dela, nós temos compromisso com a Copa de 2014. O cronograma está apertadíssimo. Estamos chegando ao final do ano. O Deputado Afonso Hamm lembrou que nos próximos 2 meses terminaremos os trabalhos no Congresso Nacional. Teremos 2010, 2011, 2012, praticamente 3 anos, para completar uma série de obras importantíssimas na área de infraestrutura dos próprios estádios.

Pergunto a V.Exa. se estamos dentro do cronograma, se estamos nos saindo bem em relação aos compromissos assumidos. Incluo a própria construção dos estádios, a que V.Exa. se referiu.

O cronograma inicial previa que em agosto todas as licitações dos estádios já deveriam estar na rua, que em dezembro os vencedores deveriam estar escolhidos



e as obras deveriam iniciar rapidamente, logo após fevereiro. V.Exa. falou sobre o cronograma de fevereiro.

O Governo de Minas, que vai assumir as obras de reforma do Mineirão, por exemplo, já disse que antes de março não terá seu projeto executivo pronto. Se não terá o projeto executivo, imagino que não terá condições de iniciar as obras. Essa é apenas uma das informações que contradizem o cronograma oficial.

Nove estádios serão construídos com verbas públicas. Pouquíssimos deles têm condições de assumir financiamentos com o BNDES. Os Estados e Municípios não têm margem para assumir endividamento. Sei, por exemplo, que o Governo de Mato Grosso e o Governo Municipal de Cuiabá não têm recursos, não têm margem de endividamento, não poderão utilizar os recursos que o BNDES vai oferecer. E não há investidor privado interessado. Quem bancará esses custos? Temos conhecimento também da imensa dificuldade de outros Estados. Se o BNDES não é a solução, qual será ela? V.Exa. disse que o Governo Federal não tem responsabilidade. E disse publicamente, mais de uma vez, que não haverá dinheiro federal nos estádios. Gostaria que V.Exa. reafirmasse isso, diante da premência de construção desses estádios.

Em relação aos custos, os representantes da ABDIB estiveram em audiência pública da nossa Comissão e nos informaram, há 2 meses, que entregariam ao Governo Federal o resultado de um levantamento que fizeram com a contratação da Deloitte e de outra consultoria para avaliar quais serão os custos necessários para a realização da Copa de 2014. Até hoje não tivemos notícia desses valores, mesmo sabendo que eles entregaram isso ao Governo 30 dias atrás, se não me engano. V.Exa. pode nos informar se existe essa estimativa e se ela vai ser divulgada?

Gostaria também de falar rapidamente sobre a Lei Geral. Peço-lhe que me explique o que é essa Lei Geral, o que ela inclui. Não entendi bem. Há alguma novidade, além dos encargos já comprometidos, quando foi assinado o contrato da sede?

O pessoal da Receita Federal esteve na audiência pública e nos disse que está encontrando imensa dificuldade para compatibilizar a legislação brasileira, especialmente a que diz respeito aos tributos, com as exigências da FIFA. Na Alemanha, a FIFA abrandou suas exigências e fez com que não se cumprisse tudo o



que estava assinado. Gostaria de saber se teremos condições também de negociar com a FIFA essas questões.

Infelizmente, já me alonguei muito, mas não posso deixar de falar sobre o Rio 2016, muito objetivamente. Qual será o modelo de coordenação do Rio 2016? Será o mesmo da Copa de 2014? Haverá definição de matriz de responsabilidade desde o início? Quais serão as fontes de financiamento? Já existem fontes de financiamento definidas? Teremos acesso ao contrato assinado com o COI? V.Exa. pode disponibilizá-lo? Aliás, já foi aprovado requerimento na semana passada, nesta Comissão, endereçado a V.Exa., pedindo cópia desse contrato. Haverá metas esportivas definidas para o Rio 2016? Efetivamente, se o COI tiver prejuízo na organização do Rio 2016, o Governo Federal assumiu o compromisso de cobri-lo?

Eu ainda tinha muitas perguntas a fazer, Ministro, mas sei que V.Exa. está com pressa. Vou parar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Feitas as intervenções do primeiro bloco, vamos passar a palavra ao Ministro Orlando Silva para que responda as indagações. Em seguida, passaremos a palavra aos inscritos da lista.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Tentarei ser bem objetivo, bem rápido, com prejuízo potencial de não responder detalhadamente as perguntas, mas para permitir que os demais Parlamentares possam se manifestar.

O Deputado Afonso Hamm pautou o assunto de redução tributária para construção de estádios. A FIFA não tratou desse tema com o Governo Federal. Não é uma demanda da FIFA.

Cidades e Estados manifestaram interesse em redução de tributos para os itens de insumos e serviços na construção ou reforma dos estádios. O Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ tomou uma decisão, a meu ver, excessivamente conservadora, no sentido de vincular redução de tributos municipais e estaduais à redução de tributos federais. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. As cidades e os Estados podem reduzir seus tributos. Isso tem impacto de redução de 5% no custo de construção ou reforma dos estádios. O Governo Federal, se pautado, quando pautado, poderá examinar esse tema, que também terá impacto de 5% na redução desses custos.



Quero chamar a atenção para o fato de que não há compromisso do Governo Federal de zerar alíquota para construção ou reforma de estádio. Isso não é impedimento para que os processos andem e a questão eventualmente seja pautada com o Governo Federal. Não há formalização feita ao Governo do Brasil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Sim, porque somos uma federação. Há temas tributários estaduais e municipais, que são de responsabilidade local. Nós temos uma capacidade relativa de intervenção. Nos temas federais não houve formalização de redução de alíquotas. Isso é um dado. Há muita especulação. Fala-se disso aqui e acolá, na imprensa etc. Mas isso não vale nada. Se não se coloca no papel, não se encaminha um processo, concretamente não vale nada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Não há nenhum interesse do Governo em reduzir imposto, em relação a esse tema. Se o tema for pautado, poderemos examiná-lo e encaminhá-lo aos órgãos de direito.

Está registrada a preocupação do Deputado Afonso Hamm, que é também do Deputado Eduardo Sciarra, de que há outros projetos que merecem investimentos, sobretudo na área de mobilidade urbana, e há necessidade de aporte de dinheiro diretamente do Tesouro. **O Ministro Marcio Fortes deve ter registrado isso e incorporado na sua pauta. Espero que haja desdobramento.**

[P16] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:15 Taq.:Eva Rev.:

Agora, aqui também há um tema que envolve a cidade e o Estado. A cidade e o Estado precisam pautar o assunto. E ao Congresso Nacional deve ser concedido um espaço de decisão sobre o orçamento. Então, a cidade e o Estado têm a interlocução com o Governo Federal e com o Congresso Nacional para definir orçamentos que serão investidos naquilo que é prioritário. Mas está registrada a preocupação dos Srs. Deputados.

O Deputado Rômulo Gouveia manifestou uma preocupação, secundada pelo Deputado Sílvio Torres, quanto à necessidade de criação de um comitê governamental. O Governo examina a conveniência de se instalar esse comitê. Nesse instante, deve estar na Casa Civil esse documento. Deve ser publicado um decreto pelo Presidente da República com um comitê interministerial, criando-se inclusive um comitê executivo.



De todo modo, independentemente de haver esse comitê interministerial especificamente voltado para a Copa, do ponto de vista da ação do Governo, há uma coordenação pela Casa Civil — ela coordena toda a ação do Governo. Do ponto de vista da interlocução com a FIFA, o Presidente Lula me orientou, e o Ministério do Esporte tem centralizado a interlocução com a FIFA. Então, o Ministério do Esporte pode responder sobre demandas que haja em relação a temas tratados entre o Governo do Brasil e a FIFA. E as ações de governo, neste instante — inclusive os temas ligados à Copa do Mundo —, por ser um órgão de coordenação do Governo, podem ser tratadas com a Casa Civil, que é quem faz o trabalho regular de coordenação do Governo.

O Deputado Rômulo Gouveia, com muita sensibilidade, manifesta preocupação quanto a determinadas indefinições. Sobre o decreto, deve estar em breve com esse Comitê, Deputado. Em relação a temas como estádios, digamos, as definições que nos cabem foram adotadas.

Um outro Parlamentar apresentou preocupação — parece-me que foi o Deputado Silvio Torres — com os estádios.

O Presidente Lula me orientou para que não houvesse dinheiro do Tesouro na construção ou reforma de estádios. Essa deve ser a vigésima quinta vez que eu repito a orientação que tenho: não é adequado prever orçamento do Tesouro para a construção ou reforma de estádios, por um motivo simples: esse não é um compromisso do Governo Federal. Esse é um compromisso do Governo local, da cidade e do Estado. Por isso, a cidade e o Estado devem responder à FIFA quanto aos seus compromissos.

Provocados pelas cidades e pelos Estados, pautamos o BNDES, como historiei aqui, e foi criada uma linha de financiamento. Se, eventualmente, uma cidade ou Estado quiser ativar uma linha de financiamento e não tiver capacidade de endividamento, poderá pautar inclusive a ampliação da capacidade de endividamento desse ente, de modo a cumprir seus compromissos. Mas, insisto, esse é um tema local, que deve ser cobrado, questionado ao Poder local, que é quem tem o compromisso firmado com a FIFA.



Coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares. Os Deputados Rômulo Gouveia, Paulo Rattes, Silvio Torres falaram sobre a necessidade de haver mais transparência, no que diz respeito à condução do processo.

Voltarei aqui quantas vezes forem necessárias para apresentar informações e dialogar com os Srs. Parlamentares. Se preciso e se possível, em Comissão conjunta, podemos até definir periodicidade, para que regularmente possamos fazer um balanço dos passos que têm sido dados na preparação do Mundial da FIFA.

No Brasil, felizmente, há uma série de instituições que cuidam desse tema: o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios.

Fico feliz em perceber que há uma grande mobilização de todos os órgãos de controle para acompanhar esse processo. Eu imagino que, com esse esforço todo, haverá um acompanhamento praticamente em tempo real por parte da sociedade brasileira. De nossa parte, haverá toda a solidariedade, todo o interesse, todas as informações.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Ficamos muito gratos. Nós representamos a sociedade brasileira. Não fazemos nada mais do que isso.

O Deputado Silvio Torres mencionou uma questão muito importante. É preciso definir responsabilidades, porque as coisas ficam muito vagas, como ficaram no Pan-Americano. Ninguém é responsável por nada. Todo mundo acusa, e não há um responsável. Por exemplo, se ficar definido que o setor de esportes será de sua responsabilidade, amanhã nós poderemos ter acesso às informações e saber realmente o que está acontecendo. É preciso que se defina essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Deputado Paulo Rattes, peço que não sejam feitas intervenções durante o debate, a fim de podermos ouvir todos os Deputados. Haverá um tempo para isso depois.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Permita-me, Deputado. De modo incisivo, insisto em que estádio é um tema local. Essa é uma responsabilidade da cidade, que assinou contrato com a FIFA. Nós estamos sendo solidários, apoiando, porque temos compromisso com o evento, por meio do BNDES, criando mecanismos que lhe dê meios para que a operação seja feita. Agora, se a cidade ou

[P17] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:16 Taq.:Eva Rev.:



o Estado não tem capacidade de endividamento, esse é um outro problema, que também tem solução. É preciso discutir e definir uma ampliação dessa capacidade de endividamento.

A questão dos aeroportos — insisto em que se trata de um tema chave — é de responsabilidade do Governo Federal. A INFRAERO, empresa que cuida da infraestrutura aeroportuária brasileira, tem recurso disponível — 2,5 bilhões de reais — e prazo definido. Eles vão ter de cumpri-lo, porque é um compromisso do País entregar os aeroportos adequados. Os portos, insisto, devem ter uma infraestrutura necessária para facilitar o receptivo.

A Secretaria Especial de Portos estruturou o seu projeto, o seu planejamento. Há recursos autorizados pelo centro do Governo Federal para que tudo corra bem.

Mobilidade é um tema local. A mobilidade urbana nas cidades é um problema local. Evidentemente o Governo Federal tem a obrigação de partilhar essa responsabilidade. A decisão do Presidente era no sentido de oferecer financiamento. Os Deputados Eduardo Sciarra e Afonso Hamm pautaram o tema: financiamento é pouco. É preciso que haja dinheiro direto do Tesouro. As cidades têm de pautar isso com o Governo Federal, insisto. E os Srs. Parlamentares, no limite, são os que decidem o quanto é definido e que projeto é prioritário.

Então, nós temos a mesma preocupação do Sr. Paulo Rattes. É preciso definir a matriz de responsabilidades. No Pan-Americano, que eu imagino que seja a referência que V.Exa. tem na reflexão que faz, demoraram muito para definir as responsabilidades, porque havia canais obstruídos no diálogo nos níveis da Federação. Felizmente, nós aprendemos com o Pan-Americano. Felizmente, hoje há um esforço no sentido de harmonizar as iniciativas. O nosso desafio é antecipar esses investimentos, porque cronograma, cumprido ou não, custa. Se a pessoa tem um prazo mais largo, há um custo. Se o prazo é mais estreito, há outro custo. Nós temos essa convicção. Os fóruns a que o Deputado Afonso Hamm se referiu também têm pautado esse tema.

O Deputado Silvio Torres pautou a questão do relacionamento com a FIFA, a que me referi aqui — é fase do Ministério. E a coordenação do Governo é feita pela Casa Civil. Há no Governo a preocupação de haver um comitê central, que deve ser



estruturado. O Presidente Lula deverá, dentro de pouco tempo, assinar esse decreto, constituindo esse comitê.

O Deputado Silvio Torres falou sobre o atraso dos cronogramas. Esse é um problema. Insisto: se a cidade ou o Estado assinou que vai começar a obra até o final de fevereiro de 2010... Vejam, eu confio em que o Estado de Minas Gerais cumprirá o acordo com a FIFA. Eles vão começar a obra de construção ou reforma do estádio no prazo que combinaram com a FIFA, porque há um limite de interferência, inclusive, e há responsabilidade, Deputado. Eu acredito muito nos Prefeitos, nos Governadores. Tenho conversado com muitos deles, e todos estão bastante entusiasmados.

Então, enquanto o cronograma não for rompido... A FIFA disse que a referência é final de fevereiro, início de março — 1º de março de 2010. Por quê? Porque percebeu que há locais em que o Estado é que vai construir ou o Município. Há local em que é privado, como Porto Alegre, que já começou as obras. Há local em que é PPP. Então, são, digamos, personalidades jurídicas diferentes, que vão seguir regras diferentes. Por isso existe essa flexibilidade. É a notícia que tive da FIFA em relação ao prazo de agosto passado. Mas não teria a mesma flexibilidade em relação ao prazo de final de fevereiro, 1º de março de 2010.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O Ministro Marcio Fortes esteve aqui na semana passada e disse que V.Exa. seria, digamos assim, o presidente desse comitê executivo. V.Exa. confirma que se está caminhando para isso?

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Isso depende do decreto publicado pelo Presidente da República. O Ministro Marcio Fortes tem informações que eu não tenho, digamos assim. Para mim, a decisão do Presidente da República é expressa num ato administrativo e vai ter publicidade. Então, se o Deputado me permite, eu prefiro aguardar a manifestação do Presidente, a publicidade desse ato, para que haja qualquer tipo de assunção de responsabilidade.

|| A ABDIB, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, firmou um acordo de cooperação com o Ministério do Esporte e com a CBF e fez um mapeamento da necessidade de investimentos em infraestrutura sobre 9 dimensões.

É um estudo extenso, que envolveu 18 cidades — não só as 12 escolhidas. Vai do tema de aeroportos a fornecimento de energia, demanda de saúde,



segurança, mobilidade urbana. É um estudo muito extenso, que levantou uma série de temas de demandas das cidades. Vai muito além, inclusive, dos desafios propriamente da Copa do Mundo. Esse estudo, de fato, foi entregue ao Presidente da República, por parte da ABDIB. Tem temas quantificados e não quantificados. A segurança, por exemplo, não tem uma quantificação de recursos necessários para investir, no que diz respeito à operação da Copa de 2014. Mas imagino que a ABDIB pode disponibilizar, ou nós mesmos podemos trabalhar ou ofertar.

Evidentemente, é preciso discricão no uso dessas informações, sob pena de se especular muito em torno do que pode ser feito, do que deve ser feito. Mas, em sendo o Congresso Nacional conhecedor da responsabilidade, imagino que seja possível. Devo consultar os parceiros — a CBF e a ABDIB —, porque houve um acordo entre os 3. Não havendo óbice, não vejo problema. Só insisto quanto à delicadeza da publicidade da informação, porque se especula muito em torno de números no Brasil. E especulação ajuda pouco no bom resultado dos nossos objetivos.

O Deputado Silvio Torres abordou um conjunto de questões sobre 2016. Antes disso, houve um questionamento em relação ao limite das questões tributárias, quando deve ser entregue esse projeto. Falei, no início....

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Não, não, não. Não entregue no projeto. Qual é o alcance...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Ah, a Lei Geral. Perdoe-me.

Veja: 11 garantias foram assinadas pelo Governo Federal. Tentei listá-las rapidamente aqui. Cito, entre elas, permissão de entrada e saída, especial para a Copa; vistos temporários de trabalho; segurança e proteção de visitantes e equipes; bancos de câmbio. Nesses 11 itens, a FIFA destacou os temas tributários e apresentou uma proposta, em um projeto de lei específico, que ora está sendo finalizado no Ministério da Fazenda. Deve tramitar pela Casa Civil e chegar aqui.

Um dos projetos será sobre temas tributários; outro será sobre todos os outros itens, como foi o ato olímpico, que, com apenas uma lei... Como é um evento específico, há um tratamento diferenciado e temas de baixa complexidade.



Por exemplo, a garantia de que teremos hinos e bandeiras dos países participantes... Há até aquela curiosidade. Os senhores se recordam de que, em 1958, não havia bandeira brasileira na Suécia, e o Brasil foi campeão. Então, é uma garantia simples, elementar.

Se a FIFA pauta a importância de estar... para ter o compromisso máximo do País, não vejo maior óbice. Mas aí o Congresso Nacional vai fazer juízo sobre todos os itens dessa Lei Geral, que, imagino, deve chegar brevemente para que os senhores possam se manifestar, espero eu, no prazo mais breve.

Sobre temas tributários, é melhor falar com o projeto de lei que está chegando aqui, e o senhores poderão examiná-lo.

Por fim, uma última observação, que diz respeito a 2016. Mereceria talvez uma outra reunião, porque tem particularidades. A única semelhança que há entre um tema e outro é que os 2 partem de eventos esportivos. As Olimpíadas serão realizadas numa cidade só, com exceção do futebol, que ocorrerá em Salvador, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo. Tudo o mais será na cidade do Rio de Janeiro. A Copa do Mundo será espalhada em 12 cidades, fora as cidades que receberão as seleções antes. A Copa tem uma modalidade; a Olimpíada deve ter um programa com 28 modalidades. Então, são temas muito diferentes.

O certo, Deputado Silvio Torres, Deputado Paulo Rattes, voltando à sua questão e à do Deputado Rômulo Gouveia, é que, no Governo Federal, há convicção quanto à necessidade de haver matriz de responsabilidade, estabelecendo o papel de cada ente federado e de entidades privadas, como o comitê organizador local da FIFA, que será o comitê organizador dos Jogos Olímpicos. Deve-se definir o papel de cada um deles.

No caso dos Jogos Olímpicos, há inclusive uma definição orçamentária. O Comitê Organizador tem um orçamento de 5.6 bilhões de reais, sendo que, desses recursos, 31% são oriundos do Comitê Olímpico Internacional, que vai aportar 31% desse orçamento; 24% são subsídios governamentais previstos para o Comitê Organizador, sendo que, um terço é do Estado, um terço é da União, um terço é do Município; e 45% do orçamento previsto para o Comitê Organizador são de receitas privadas. Falo de bilheteria, de licenciamento de produtos, de patrocínios. Em relação a esse tema, inclusive, nós, conscientemente, reduzimos a expectativa para



baixar o perfil, em função da realização da Copa do Mundo de 2014, que também terá impacto no mercado de *marketing* do País. Todos os gastos foram previstos, dialogando com a preocupação do Deputado Paulo Rattes, aprendendo com o Pan-Americano. Parte das dificuldades da revisão sucessiva de orçamento é porque muitos itens não foram previstos. Então, o orçamento é muito detalhado. Dos 23,2 bilhões que envolvem, sobretudo, infraestrutura e serviços públicos, um terço desses recursos é para investimento já programado, contratado.

Vou dar um exemplo concreto: Arco Rodoviário do Rio de Janeiro. Quem conhece o Rio de Janeiro sabe que está em execução o Arco Rodoviário. Ele vai retirar um conjunto de veículos — como o Rodoanel em São Paulo e outras iniciativas que existem — da circulação interna, na cidade do Rio de Janeiro, causando impacto na circulação, na mobilidade urbana.

Outro exemplo: Aeroporto Internacional Tom Jobim. Para ele, há investimentos já previstos, programados. Mas, como o COI pediu que incluíssemos tudo que está sendo programado para qualificar a cidade, um terço dos investimentos está contratado em licitação, ou licitado, ou em obras. Um terço são investimentos já programados no Rio de Janeiro. A decisão — agora temos um limite, uma linha de corte — do COI apenas vai antecipar esses investimentos. A última terça parte será feita em função da conquista, sobretudo... Aí há instalações esportivas e algumas operações importantes, como segurança. Então, há um planejamento mais consistente. Isso vai evitar a revisão sucessiva de orçamentos.

Ninguém se incomoda mais com esse tema do que eu. Tenho convicção de que o Pan-Americano foi conduzido com absoluta lisura, com absoluta correção. Se pairam dúvidas... Ninguém tem mais interesse em esclarecer qualquer dúvida do que nós, que, de frente, abordamos essa questão.

Há metas esportivas? Sim. Há um diálogo estabelecido com o Comitê Olímpico Brasileiro. O Presidente Lula já manifestou interesse de ele próprio dialogar com as confederações e com o COBI para fixar metas. Queremos organizar a festa e participar dela em 2016, tendo o melhor desempenho, dando sustentabilidade a esse desempenho para o período futuro.

O contrato do COI foi assinado com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, que é um ente administrativo autônomo e, digamos assim, toma a melhor decisão.



Então, esse é um tema da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Não cabe intervenção do Ministério do Esporte ou do Governo Federal nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anselmo de Jesus) - Vamos, então, passar à lista de inscrições. Haverá blocos de 3.

Começaremos dando a palavra ao Deputado Vanderlei Macris; depois, ao Deputado Carlos Willian; e na sequência, ao Deputado Lupércio Ramos.

Peço ao Deputado Silvio Torres que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Ministro Orlando Silva, obrigado por comparecer à nossa Comissão.

Ouvi atentamente a manifestação de V.Exa., as perguntas e as respostas. Trago comigo uma preocupação, neste momento, em função de tudo que foi falado até agora.

Entendo que o Ministro tem tido, ao longo deste tempo, na sua gestão, um dinamismo que se vê em poucos Ministros deste Governo. Penso que esse dinamismo é próprio da sua personalidade de atuar muito para a realização e a conclusão dos projetos que estão na sua Pasta.

Conhecemos o seu dinamismo. Tenho a impressão de que está havendo, Ministro, um pouco de choque entre o dinamismo de V.Exa. e essa máquina estatal extremamente vagarosa, do ponto de vista da realização dos projetos que são importantes para o País.

Se tivéssemos de realizar a Copa do Mundo hoje, o Brasil não estaria preparado, é evidente. Por isso, a escolha é feita com tanta antecedência, e dentro de premissas que sugerem, evidentemente, a preparação do País para o recebimento de um evento tão importante como esse. Do ponto de vista dos estádios, nem se fala. E há dificuldade, pelo que sinto, com a orientação do Presidente de não colocar recurso público nesses estádios. Temo que lá na frente haja problema em relação a isso.

Não sei se os Estados e os proprietários dos estágios estão preparados para fazer esses investimentos que a Copa exige. Do ponto de vista da mobilidade urbana, muito mais ainda; preparação para o turismo, nem se diga.



Tivemos aqui a presença de pessoas ligadas a essa questão aeroportuária. Pudemos ver, com fotos, propostas e projetos que estão em andamento. Há total falta de preparação do País em relação aos portos. Não estamos preparados para receber turista por navio. Essa é a grande verdade.

Agora, preocupa-me mais, Ministro... O meu tempo é muito pequeno e quero me fixar nessa questão dos aeroportos. V.Exa. deixou claro que se preocupa muito com o tema. Eu diria que é o tema mais preocupante desse processo. Nós tivemos, recentemente, um grande problema no sistema aeroportuário brasileiro, que sugeriu, a partir dali, estudos muito bem aprofundados para preparar o Brasil para o crescimento da demanda aeroportuária, da demanda de passageiros.

Tínhamos, antes da crise, um crescimento de 10% a 12% na demanda do sistema aeroportuário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Vanderlei Macris, peço a V.Exa. que acelere as perguntas, porque o Ministro precisa ir embora mais cedo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Estamos diante de um problema sério. O Tribunal de Contas da União está criando muita dificuldade — há contratos malfeitos — em relação aos projetos da INFRAERO.

O Aeroporto de Guarulhos tem de fazer uma obra gigantesca no seu terceiro terminal. E a obra está paralisada. Campinas, que seria uma boa alternativa, está com dificuldades de licenciamento ambiental. Temos a proposta de um trem de alta velocidade, e não vemos possibilidade real de se preparar isso para a Copa de 2014, conforme compromisso do Governo. Então, essas dificuldades, principalmente em relação à mobilidade urbana e ao sistema aeroportuário, preocupam-nos bastante.

Sr. Ministro, o que será feito neste Governo e o que será feito no próximo Governo? De que recursos despenderá este Governo para a Copa de 2016 e o que sobrar para o próximo Governo? Qual é a preocupação... V.Exa. disse claramente que o sistema aeroportuário é que preocupa. Que atitude V.Exa. tem tomado, do ponto de vista gerencial nas ações do Governo, para que isso não seja o grande gargalo que vai impedir... Provavelmente poderá haver um colapso no sistema aeroportuário brasileiro.



Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Vanderlei Macris.

Tem a palavra Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, depois que V.Exa. disse ao Deputado Vanderlei Macris para apressar, porque o Ministro tem horário, acho que não tenho muitas perguntas a fazer. Só vou convidar o Ministro para bater uma bola conosco. Não é Deputado Vanderlei Macris? *(Risos.)*

Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, temos 2 situações. Não vou fazer questionamento. Basicamente, só vou apresentar meu ponto de vista. Eu acho que a Copa do Mundo de 2014 é um casamento. As partes envolvidas marcaram a data desse casamento, e ele vai acontecer.

Em 2014, vamos ter a Copa do Mundo. É como se fosse a festa do casamento. Existirão vários imprevistos, mas, no final, vai haver o casamento. Será uma belíssima festa para o povo brasileiro.

Deputado Silvio Torres, V.Exa. disse que em Minas Gerais o Governador Aécio Neves informou que o projeto do estádio estará pronto em março do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não, eu não citei o Governador. Eu disse que...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - É.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Governo do Estado é o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não, é que existe o porta-voz do Governo, o Secretário de Esportes.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ocorre o seguinte: em Minas Gerais está tranquilo. O Mineirão já será interditado a partir do final do ano; o Estádio do Independência já está sendo reformado para poder sediar os jogos estaduais e nacionais; e na cidade vizinha de Sete Lagoas também já está sendo transformado um campo de futebol em um grande estádio, para liberar o estádio do Mineirão.



Minha preocupação é porque é como se fosse uma festa de casamento. Só que, na festa de casamento, nós sabemos quem vai gastar e quem vai pagar: os pais do noivo, ou os pais da noiva, ou os 2 em conjunto. É acertado antes. Aqui quem vai pagar é o Governo.

Nós sabemos que todos os problemas de aeroportos, de portos e de trânsito nos Municípios já estão alocados no orçamento que começaram a fazer.

Em Minas Gerais, temos a extensão do metrô, a expansão do Aeroporto Tancredo Neves, na cidade de Confins. Isso tudo já são obras diretas para a Copa de 2014.

A preocupação que eu tenho, e que é também desta Comissão, não é com o que vai ser investido. É com a forma como vai ser investido e como vai ser fiscalizado.

Sr. Ministro, parablenzo o jornal *O Globo*, por meio do jornalista Rubem Berta, que fez uma matéria sobre a situação das vilas olímpicas do Estado do Rio de Janeiro. Elas deveriam estar funcionando, com crianças, com escolas participando. No entanto, estão abandonadas.

Em dezembro de 2005 foi assinado um convênio com o programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, com o Ministério de V.Exa., de mais de 5 milhões de reais. Desses recursos, 4,1 milhões já foram gastos nessa vila olímpica.

Tivemos, recentemente, os Jogos Pan-Americanos, e foram gastos 3,5 bilhões de reais. Na verdade, a previsão de gasto era de cerca de 800 milhões de reais. O Engenhão ficou 100 milhões mais caro. Inclusive, existe suspeita de superfaturamento, de que empresas foram beneficiadas.

É essa a preocupação que precisamos ter, Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres. Não é com o que vai ser investido. Primeiro, porque nós já temos um Governo que está chegando ao seu final. Temos de ver como fiscalizaremos esses gastos.

Por exemplo, aqueles prédios na Barra da Tijuca, muito bem construídos para recebermos as pessoas do Pan-Americano, que depois seriam destinados à compra da iniciativa privada, até hoje estão lá. Daqui a pouco eles serão invadidos pelos sem terra, pelos sem casa, pelos sem apartamento. Não sei como será feito.



Até vou sugerir ao Presidente Silvio Torres que esta Comissão faça uma fiscalização e vá até lá olhar os aparatos que foram financiados pelo Governo, pelo Ministério, as situações em que eles se encontram. E deveriam estar funcionando para treinar novos atletas, potenciais atletas. Muito mais bonito do que ter a Copa do Mundo e os Jogos Pan-Americanos no Brasil, é ver a Bandeira Nacional hasteada e os atletas brasileiros cantando o Hino Nacional, ao subir ao pódio.

Temos de investir no atleta, nas nossas crianças. E ainda há tempo para, até 2016, formarmos algum atleta nessas condições.

O que falta... Inclusive, faz parte de um requerimento com a convocação do Exmo. Ministro nesta Comissão, de minha autoria, para falar sobre execução orçamentária, para mostrar a esta Comissão o que está sendo feito pelo Ministério do Esporte Brasil afora. Inclusive, cobro tanto do Ministro, como do Presidente da Comissão... Esse requerimento de convocação já foi aprovado em 18 de agosto, e até hoje não tivemos oportunidade de ter essa reunião com o Ministério para sabermos sobre a execução orçamentária. Sabemos que tem executado muito. Inclusive o Secretário Executivo do Ministério anda no Estado de Minas Gerais, nas cidades do norte de Minas principalmente, e tem liberado recursos extraordinários, pelo menos tem feito promessas que fogem até da alçada de Deputados, entrando nas bases parlamentares, inclusive na base parlamentar do Governo Lula, e prometendo quadra de esportes, etc., à revelia, vamos dizer assim, dos políticos regionais da base do Presidente Lula. Esse também é um assunto interessante e gostaria que marcasse essa data.

De acordo com a colocação de V.Exa., exauriram-se todas as perguntas que queríamos fazer ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Carlos Willian, quanto ao requerimento de V.Exa. que foi aprovado, só não foi até agora resolvido porque o Ministro tem os seus problemas de agenda, assim como a Comissão também. Mas acredito que, com relação à execução do Orçamento, o Ministro poderá dar explicações, inclusive de outra forma, se V.Exa. estiver interessado, tanto aqui como fora daqui.

Tem a palavra o Deputado Lupércio Ramos, por 3 minutos, se possível.

[P22] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:21 Taq.:Marlúcia Silva Rev.:



O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Srs. Presidentes, eminente Ministro, desnecessário se faz comentar a respeito da importância desses 2 grandes eventos para o País.

Ministro, claro que tem de se discutir a forma, a praticidade, a maneira como vamos investir os recursos públicos, mas é importante também saber e discutir o quanto o Brasil vai ganhar com esses 2 grandes eventos e a maturidade que tem o País hoje e a própria consciência nacional para que se aproveite melhor esses eventos. Vamos discutir como é que o Brasil vai aproveitar bem o momento que está vivendo.

Para ser breve, farei apenas uma colocação e duas perguntas. Primeiro, a preocupação de todos nós, que V.Exa. começou, com relação aos aeroportos. E quero citar um exemplo concreto, porque temos de nos preocupar não somente com o momento do evento, mas também com o momento anterior ao evento, para a questão turística.

Quanto ao aeroporto de Manaus, por exemplo, o turista norte-americano que sai de Nova Iorque via Miami para Manaus gasta em média 5 ou 6 horas no avião e agora mais 3 horas no aeroporto só para a vistoria da sua bagagem. Agora a alfândega inventou não fazer mais a vistoria por amostragem, mas a vistoria de todos.

Sr. Ministro, com isso, quero que o Governo apresse a criação desse comitê gestor, a fim de que haja de fato uma articulação mais aprimorada entre os órgãos com relação à Copa do Mundo.

O outro assunto é sobre a Receita Federal. Alguém disse que a Receita acha que a FIFA exagera na legislação, a chamada Lei Geral da Copa.

É claro que Receita tem de zelar por aquilo que arrecada e arrecadar sempre mais, mas ela não pode ser a dona do que arrecada. A decisão final para dizer se a FIFA está exagerando ou não é desta Casa, é em nosso debate.

A legislação tem de ser aprimorada aqui e não na Receita Federal. A Lei Geral da Copa será uma legislação temporária. Se de um lado o País vai perder, por outro, vai ganhar, e ganhar muito, como evento.

Pergunto: V.Exa. diz que o Presidente Lula já disse que não vai haver recursos públicos para os estádios. Se esta Casa ou se as bancadas apresentarem



uma emenda de bancada para investir em 2010, 2011 e 2012 em estádios, o Governo não liberaria?

Complemento minha pergunta: V.Exa. não acha que deveríamos ter um movimento para que as emendas de bancada voltadas para a Copa do Mundo tivessem prioridades?

O Orçamento do Ministério de V.Exa. com relação à Copa do Mundo 2014. Temos um espetáculo pronto com um grande ator: a Seleção Brasileira. Mas, para as Olimpíadas de 2016, precisamos preparar nossos atletas. Não se faz um atleta na fábrica. Ele precisa de ter talento, mas também precisa de ter oportunidade, infraestrutura e condições de treinamento, etc.

Como a área econômica encara o Orçamento do Ministério de V.Exa., que sempre foi muito pequeno, para esses 2 grandes eventos que se aproximam? Há como melhorar o Orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Lupércio Ramos.

Ministro, podemos dar sequência e V.Exa. faria um final resumido de todas as perguntas, assim ganharíamos tempo. A não ser que V.Exa. prefira outra forma.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Mais uma vez reitero que o Ministro tem hora para sair. Então, pedimos aos próximos oradores que sejam o mais objetivo possível.

Com a palavra o Deputado Simão Sessim e, em seguida, o Deputado Fábio Faria.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente Silvio Torres, Sr. Presidente Eduardo Sciarra, Sr. Presidente Afonso Hamm, meu caro Ministro amigo, usarei agora uma frase que é muito comum agora ser dita pelo Presidente Lula: nunca antes na história deste País se trabalhou tanto para que tivéssemos eventos de qualidade, eventos que jamais sonhávamos ter neste País. E olha que são eventos que não surgem simplesmente de se pedir, de se colocar no papel, é preciso ter credibilidade, competência, é preciso ter muita preparação e determinação. Não é à toa que este País ganhou os Jogos Militares, a Copa das



Confederações, a Copa do Mundo, a Olimpíada de 2016. Isso se faz com muita competência.

Por isso, Ministro, minha primeira e direta afirmação nesta audiência é para parabenizar o Governo Lula, V.Exa. e todos os que direta ou indiretamente buscaram para nós esses eventos.

Estamos na fase de verificar o tamanho do desafio e isso está sendo feito pelo Governo. A exposição de V.Exa. é didaticamente com relação ao projeto, à legislação, já estão sendo elaboradas as leis, a parte dos estádios, dos aeroportos. Quanto às explicações que V.Exa. deu sobre mobilidade urbana, o Ministro Márcio Fortes quando aqui esteve disse o mesmo. Estamos em fase de preparação.

Mas, Sr. Ministro, tudo isso nos faz ver que a palavra chave nesta audiência pública é preocupação. Estamos todos preocupados, mas também é hora de todos nós darmos as mãos. Precisamos aprovar a legislação e os orçamentos o mais rapidamente possível, precisamos dar ao Governo condições. Este é o papel do Congresso. É lógico que temos de ter a nossas preocupações. É natural que aqui façamos comparações, como fez muito bem o Deputado Paulo Rattes com relação ao Pan. Mas o Pan é uma etapa vencida. Serviu de exemplo, serviu de lição e isso está nas mãos do Tribunal de Contas da União. Vamos esquecer essa parte e começar a acreditar que agora nós temos realmente condições de resolver tudo isso. Por isso, Sr. Presidente, quero ao Ministro dirigir apenas os cumprimentos. Acho que em 2014 já estaremos em fase de preocupação com os estádios. Isso já foi definido no anúncio da sede. Agora, os Governos dos Estados têm de ser convocados também por esta Comissão para assumirem perante nós os mesmos compromissos que assumiram com a FIFA.

Agora, Ministro, o que quero ainda adiantar com relação a 2016 é algo que quero ouvir de V.Exa. Foi uma vitória brilhante, emocionante, eu estava em Copacabana junto com a Ministra Dilma, o Wadson, o Vice-Prefeito, enfim, junto com todos e foi uma alegria. O povo vibrou como se tivéssemos conquistado talvez a maior medalha de ouro de uma Olimpíada. E essa medalha de ouro é preciso que agora a consagremos também na elaboração do planejamento, para que as Olimpíadas sejam realizadas de forma determinante.

[MG24] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:23 Taq.:Milene Rev.:



Ministro, tal como o Deputado Lupércio Ramos disse, a minha preocupação é se o Ministério paralelamente está também buscando recursos, ele que foi contingenciado este ano. Ficamos pasmos de ver que o Ministério de Esporte não tem nem recursos, está quase a zero neste ano de 2009. Eu queria saber se os programas de esporte estarão à disposição dos jovens nas cidades, nas capitais, nos municípios, para que a nossa juventude...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Para concluir, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Vou encerrar, Sr. Presidente. Para que nossa juventude possa chegar com *mens sana in corpore sano* às Olimpíadas, que possam realmente disputar e ganhar. A nossa meta, as nossas vitórias alcançadas terão de ser determinadas agora nas vitórias que buscaremos na Copa do Mundo, na Copa das Confederações e nas Olimpíadas. Esta é a minha preocupação. Vamos preparar os nossos jovens!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - O Ministro tem conosco mais 16 minutos. Então, para que S.Exa. possa responder a todas as perguntas, eu peço que os Deputados sejam breves em suas perguntas.

Com a palavra o Deputado Fábio Faria. Depois, o Deputado Edinho Bez. Por último, o Deputado Osmar Júnior.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA - Passo a minha vez...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Bom, nós vamos verificar. Não consta o seu nome...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Está bom.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA - Eu passo a minha vez à Deputada Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Não, na ordem de inscrição não estava, não, Deputada. V.Exa. está aqui no décimo segundo. Desculpe-me, eu estava na página seguinte. Ainda não. Por nome. Está bom.



O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA - Sr. Ministro Orlando Silva, ouvi a palavra de V.Exa., de outros integrantes desta Comissão e percebi que muitas coisas já estão batidas, que nós já sabemos, como a questão da mobilidade, que são 5 bilhões para mobilidade, a questão dos Estados, o que é pertinente aos próprios Estados, que vamos ter do BNDES 4,8 bilhões — serão 400 milhões para cada Estado. Nós temos ainda a questão dos aeroportos, são 2,1 bilhões, o que é uma preocupação nossa. Esses são dados que nós já sabemos, como a questão dos prazos de início e término das obras.

O que eu ouvi aqui e achei pertinente foi o que o Deputado Lupércio falou. Como nós podemos ajudar? Qual é o nosso papel, além de fiscalizar e cobrar transparência? A classe política tem de ter essa preocupação, porque a população está preocupada com os gastos, se tudo vai estar pronto, se os estádios vão estar prontos, se vai haver aeroporto, mas, na hora da Copa do Mundo e das Olimpíadas, principalmente, a massa, o povão, nós, vamos querer cobrar do Brasil resultados; nós vamos querer que os nossos atletas consigam medalhas de ouro muito mais do que nas outras Olimpíadas, porque nós vamos sediar os jogos. Então, temos de começar um trabalho de preparação de atletas agora. E hoje há muitos atletas brilhantes que estão na dúvida se ficam no esporte ou se começam a trabalhar para dar sustento à sua própria família, porque não têm apoio. E nós temos que dar a eles confiança e credibilidade de que o Brasil vai lhes dar apoio, para que eles possam chegar a 2016 fortalecidos, sem passar fome. Há atletas do meu Estado que mal podem pagar o seu próprio treino. Nós temos de fazer isso com a nossa Comissão.

Com relação à emenda de bancada, eu acho que nós, da Comissão de Esporte, podemos apresentar todo ano emenda de bancada para ajudar os nossos Estados a se saírem bem na Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Obrigado, Deputado Fábio Faria.

Com a palavra o Deputado Edinho Bez, por 1 minuto e 30 segundos.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, inicio meu discurso cumprimentando os Presidentes por esta reunião, uma audiência pública fundamental, convocada para tratar de um dos assuntos mais importantes



nos últimos anos para o Brasil. Aproveito para cumprimentar o Ministro Orlando Silva pelo enorme trabalho que vem realizando no Ministério.

Fiz uma relação aqui, mas vou colaborar, em razão do tempo, e o Ministro, assim como todos nós, tem compromisso. Vou fazer apenas uma pergunta: qual a responsabilidade, o compromisso, o papel, por exemplo, da FIFA na Copa do Mundo? Ela vai ter influência, vai ter fiscalização, qual é o papel da Federação nesse trabalho interno nosso aqui? E o da CBF, do Ministério do Esporte, do Governo Federal no todo, do Estado-sede, do Município-sede dos jogos?

Eu iria falar sobre aeroportos e portos, mas vou deixar para outra oportunidade, Sr. Presidente, com o intuito de colaborar com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Obrigado, Deputado Edinho Bez.

O próximo é o Deputado Osmar Júnior. Depois, a Deputada Lídice da Mata e o Deputado Humberto Souto, para encerrar.

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - Srs. Presidentes, primeiro quero dizer ao Ministro da nossa alegria como brasileiros com o momento que o Brasil está vivendo, especialmente no esporte. Para ganhar tempo, eu quero só fazer 2 perguntas. A primeira é relativa ao PAN. A observação que fiz é que o PAN, como um evento esportivo, foi um sucesso. Antes se questionava a capacidade do Brasil, em especial da cidade do Rio de Janeiro, de realizar esse evento. Observando de longe, nós temos a impressão de que foi um sucesso. Eu pergunto: quanto à organização responsável pelo desporto nas Américas, qual o balanço que ela fez sobre a realização do PAN?

A segunda pergunta, Sr. Ministro: nós temos uma tradição de planejamento no Brasil tecnocrata. É feito por poucos e acompanhado por poucos. Eu acho que esse é um problema. Com relação à Copa do Mundo de 2014, eu queria saber se seria possível, primeiro, deixar absolutamente clara a responsabilidade de cada um dos entes envolvidos, a responsabilidade da FIFA, a responsabilidade do Governo Federal, dos Estados, dos Municípios. Aproveito até para saber se seria possível, como nós temos acompanhado constantemente o balanço sobre as obras do PAC, por exemplo, se poderíamos trimestral ou semestralmente fazer um balanço da Copa do Mundo, como, por exemplo, saber qual é a responsabilidade de cada um, o



que fez e o que deixou de fazer, que problemas estão sendo enfrentados, quais as possíveis soluções que vamos buscar.

Deixo aqui essa sugestão e quero ouvir a opinião de S.Exa. o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Obrigado. Lembro que nós temos 10 minutos até o momento em que o Ministro terá de ir embora.

Passo a palavra, de imediato, à Deputada Lídice da Mata.

A SRA. DEPUTADA LÍDICE DA MATA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero iniciar minhas palavras parabenizando o Ministro pelo grande sucesso que o Brasil está fazendo por ter conquistado a vitória de sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, com a participação tão destacada do Ministério do Esporte.

Sr. Presidente, rapidamente, vou me meter aqui em assuntos dos meninos, que é Copa do Mundo, futebol, atletismo, **sempre** vistos um pouco mais pelos meninos do que pelas meninas. Apesar disso, quero ressaltar alguns pontos. Primeiro, eu fui Presidenta da Comissão de Turismo e Desporto no período do Pan-Americano. Esta Casa participou de forma decisiva, acompanhando todas as questões do Pan-Americano. Nós fizemos mais de uma visita ao Rio de Janeiro, diversas vezes, acompanhando cronograma de obras, com a participação de muitos Deputados que estão inclusive aqui presente ou estavam aqui anteriormente.

Então, não se pode, na minha opinião, falar do Pan-Americano apenas como uma referência negativa, Deputado Afonso Hamm. Por quê? Porque nós não teríamos a possibilidade, não tenho dúvida, de discutir a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil não tivéssemos o legado do Pan-Americano, tanto em equipamentos existentes na cidade do Rio de Janeiro, quanto na organização, no *know-how* que o Brasil passou a ter, todo o Governo brasileiro, para a realização de um evento daquela grandeza.

É claro que existiram falhas. Quando analisamos — e eu participei dos primeiros seminários internacionais sobre a Copa do Mundo —, verificamos que não há um país, em nenhum momento, que não tenha tido um aspecto negativo. É óbvio, não há perfeição em nenhum lugar do mundo e em nenhum ser humano. Então, em todos os países houve um grau específico de dificuldade. Na França, por exemplo, o planejamento da hotelaria não foi correto. O preço da hotelaria foi ruim. Enfim, em cada um dos países algo falhou.

[P26] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:25 Taq.:Lelaine Rev.:



Quando nós fazemos a análise desses problemas e estabelecemos um novo ponto de acordo, nós o fazemos para superar os erros do passado. Certamente o Brasil errará em alguma coisa. O nosso planejamento falhará em algo, porque nós não seremos perfeitos. Esperamos ter falha mínima possível, mas nós não podemos, na minha opinião, dar ênfase negativa a esse evento, como vejo muitas vezes sendo dada. A ênfase que se deve dar ao planejamento do Pan certamente leva em conta o fato de que orçamento não foi adequado. Para isso, nós devemos analisar por que isso ocorreu.

Recordo-me bem de que, à época, havia uma grande dificuldade entre o Governo Municipal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Aliás, uma das questões que se levanta como ponto negativo na Copa da Alemanha é justamente o fato de os governos municipais não estarem integrados aos governos estaduais e, conseqüentemente, ao governo federal. Daí, Sr. Presidente, a necessidade de se formar comitês que envolvam todos as 3 esferas de poder. Ou seja, nós estamos buscando superar os equívocos do passado, com, por exemplo, aquele que ocorreu no Pan-Americano, em que dissonância entre o Governo do Estado e o Governo Municipal do Rio de Janeiro levou ao atraso de diversas obras no município.

Creio que a ênfase que esta Casa dá ao tema é a mesma que o Deputado Afonso Hamm tem dado, conduzindo no Brasil inteiro o Fórum Legislativo para a preparação da Copa do Mundo. Nós vamos ter agora no Tocantins; na próxima semana, na Bahia. Já tivemos em Manaus, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte, em Natal, se não me engano. Nós estamos, nesses fóruns legislativos, levantando o que cabe ao nosso Parlamento para preparar o Brasil para a Copa. Dentro disso, claro, há necessidade de fiscalização e controle, não apenas da parte do Ministério de Turismo, mas também de um comitê gestor que envolva todas as esferas de poder do País.

Creio que é preciso que nós nos voltemos mais para analisar essa questão e não nos percamos. Daqui a pouco, nós estamos aqui debatendo se o Orçamento da União deve ser destinado todo para a construção dos estádios ou não, o interesse de cada Estado, se é Manaus, se é a Bahia. Entendo que esse não é o centro de discussão neste momento. O centro deveria ser como a Câmara dos Deputados, por meio das 3 Comissões, pode ajudar o Brasil a fazer a melhor Copa do Mundo.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Com a palavra o Deputado Humberto Souto, como último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Ministro pelo trabalho que vem realizando. Aproveito a oportunidade para dizer da nossa preocupação com o problema da fiscalização dos eventos que vão se realizar. Não sei se isso estará com V.Exa. ou com outro Ministro, na oportunidade, mas como as coisas começam agora, é bom evitar que o escândalo do Pan se repita nesse processo. Destaco que até hoje o problema do Pan vem se desdobrando. A imprensa ainda traz notícia sobre os valores do orçamento, de tantos milhões, que foram quadruplicados, decuplicados, sem nenhuma preocupação com a prestação de contas e com o emprego do dinheiro público. É sempre aquela desculpa de que tinha de ser rápido, tinha de dispensar a concorrência, a licitação, senão o Brasil ficava desmoralizado. Essas coisas ocorrem, e sabemos que a questão orçamentária tem de ser planejada. Se temos 5, 8, 10 anos para fazer, então, não temos desculpa para deixar para a última hora e permitir que as coisas aconteçam como estão acontecendo.

Sr. Presidente, está ocorrendo um fato importantíssimo no Brasil. Como todos nós sabemos, o Brasil é um país endêmico na corrupção — hoje o conhecimento desse fato se dá em âmbito internacional —, ocupa as piores posições no que diz respeito à moralidade pública. Mesmo assim, estupefatamente, começamos a ver Parlamentares, imprensa, pessoas dizerem que o Tribunal de Contas atrapalha o País. No Brasil, ao invés de se punir e prender os corruptos, é mais fácil criticar o Tribunal de Contas da União. É um absurdo. Num país que tem uma obra paralisada para evitar que o dinheiro público, o dinheiro da lavadeira, do trabalhador urbano, do trabalhador rural, que paga imposto indiretamente no País, vá para o ralo, simplesmente é mais fácil dizer que o Tribunal de Contas está prejudicando o País porque está paralisando uma obra.

Como o problema do Pan não pode se repetir nas Olimpíadas e na Copa da Mundo, e sendo V.Exa. o Ministro responsável por essa área — e quero muito que V.Exa. continue onde está, porque tem realizado um bom trabalho e é filiado a um partido que dá exemplo de honestidade ao País, que é o PCdoB —, sugiro que



essas coisas não se repitam e que nós tivéssemos essa preocupação. Vejam bem, o nosso querido Deputado Vanderlei Macris, um homem da melhor estrutura moral e ética desta Casa, por influência desse movimento todo que está havendo a favor da corrupção neste País, disse que o Tribunal de Contas está atrapalhando ao denunciar contratos irregulares. Como é que se está atrapalhando ao denunciar contratos irregulares?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nobre Deputado, V.Exa. me permite um aparte?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não foi isso que eu quis dizer. Posso ter me enganado na colocação, exatamente na direção contrária do que V.Exa. disse.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Aliás, eu fiz essa referência exatamente para dar a V.Exa. a oportunidade de retificar, porque eu sei que V.Exa. é um homem de grande procedimento moral e um grande exemplo nesta Casa.

Sr. Ministro, a minha preocupação é no sentido de não permitir que isso se repita no País, que não façamos coro com aqueles que estão interessados em atender empreiteiras, em atender as intenções mais nefastas deste País, dizendo que nós devemos acabar com o Tribunal de Contas porque ele prejudica o País porque está paralisando obras por meio das quais os recursos do povo brasileiro estão sendo desviados.

Então, faço apenas uma advertência, um pedido a V.Exa., com o cuidado que tem, para que não permita que isso continue ocorrendo no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Obrigado, Deputado Humberto Souto.

Com a palavra o Ministro Orlando Silva, para que S.Exa. possa responder as últimas questões e fazer suas considerações finais.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, tenho um compromisso às 13h com o Secretário-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, da Coordenação Política, cuja pauta é de interesse inclusive desta Casa, porque os



temas são ligados a emendas de bancada e emendas individuais que precisam ser liberadas. (*Risos.*)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - E há também uma série de clubes sociais que estão me aguardando no Ministério. Por isso, eu vou ser muito célere, mais uma vez pedindo desculpas por não poder responder a todos os questionamentos.

Em primeiro lugar, quero dizer que partilho das preocupações **Deputado Vanderlei Macris** com relação à necessidade de se acelerar os investimentos. Primeiro, sobre quanto e quando será feito o investimento, depende do item.

Quanto ao tema aeroportos, que foi recorrente aqui, por exemplo, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária tem um cronograma de desembolso para cada obra. Há obras que estão na fase de licitação do projeto básico, há outras que estão na fase de execução concreta do investimento contratado.

Então, precisaria de se avaliar amiúde, **Deputado**, cada item, porque há cronograma de desembolso. É certo que uma parte expressiva do que será executado para a Copa do Mundo vai-se dar a partir de 2011, se pudermos levar em conta o mandato presidencial seguinte ao do Presidente Lula. Uma parte está em execução agora; mas uma parte expressiva será executada nos anos de 2011, 2012; e uma parte ainda no ano de 2013. Mas há um cronograma de desembolso em cada caso.

Sou mais otimista com relação ao Trem de Alta Velocidade. Talvez a ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo não se dê de forma plena até 2014. Mas o trecho Campinas a São Paulo não podemos subestimar, porque o Aeroporto de Viracopos, com a ampliação do terminal de passageiros, associado a esse trecho do Trem de Alta Velocidade, facilitará enormemente a chegada de visitantes internacionais, e mesmo dos que circulam pelo Brasil. Então, se o TAV tiver a capacidade de entregar esse trecho, isso já terá impacto muito positivo na realização do Mundial de 2014.

O **Deputado Vanderlei Macris** se preocupa, como eu, com os estádios. Agora, **Deputado**, existe é um compromisso local. O Presidente Lula fala de não haver dinheiro do Tesouro Nacional. É um compromisso local, e eu vou confiar na palavra

[P27] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:27 Taq.:Paulo Rev.:



dos gestores locais, dos Prefeitos, dos Governadores, que vão honrar seus compromissos. Essa é a minha perspectiva.

Espero que nós possamos alcançar uma posição de voo de cruzeiro do ponto de vista gerencial, para que a execução dessas obras seja mais rápida.

Já houve 2 reuniões do comando do Governo com a INFRAERO para tratar desse tema mais sensível. E a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária tem adotado medidas para acelerar a tramitação dos seus processos internos, a fim de cumprir o cronograma, que, insisto, é muito justo.

O Deputado Carlos Willian manifestou uma série de preocupações que infelizmente eu não posso responder diretamente para S.Exa. Mas eu poderia dizer a S.Exa. genericamente que a execução do Orçamento, como S.Exas. bem sabem, pode ser medida a partir do final do exercício do ano fiscal, sob pena de ser feita uma avaliação parcial. No Brasil, criou-se uma tradição, é da cultura política brasileira, de se fazer o desembolso de recursos muito concentrado na fase final do ano. Então, diria que o Governo tem liberado crescentemente os recursos do Orçamento, e espero que, até o final do ano, nós possamos ter uma melhor *performance* na execução orçamentária, execução que procura seguir sempre critérios republicanos. Então, quero tranquilizar o Deputado Carlos Willian de que são os critérios republicanos que orientam a liberação dos recursos também no Ministério do Esporte.

Há uma questão formulada pela Deputada Lídice da Mata e de alguma forma também pelo Deputado Humberto Souto que diz respeito aos Jogos Pan-Americanos.

Sou daqueles que acredita que sem os Jogos Pan-Americanos nós não teríamos Olimpíadas no Brasil. Se V.Exas. tiverem oportunidade de conversar com o Deputado Carlos Melles, do DEM de Minas Gerais, que à época foi Ministro do Esporte e Turismo, poderão colher o depoimento de S.Exa. No diálogo com o então Presidente do COI, o Sr. Samaranch, o Ministro Carlos Melles pautou e questionou sobre o que fazer para levar as Olimpíadas para o Brasil. O Sr. Samaranch disse que a primeira coisa seria fazer jogos regionais com competência. Foi o caminho trilhado. A conquista dos Jogos Pan-Americanos não foi ainda no mandato do Presidente Lula foi no mandato anterior. Mas o compromisso era do País, não



importa quem era o governante do momento. Infelizmente, como a Deputada Lídice da Mata historiou aqui com correção, ruídos e dificuldades de diálogo entre os 3 níveis de Governo impediram que o andamento fosse o mais eficaz, o mais eficiente.

De fato, na prática, o Governo Federal interveio no processo de promoção dos Jogos Pan-Americanos, para não expor o Brasil ao ridículo de realizar de modo incompetente, de modo insuficiente os Jogos Pan-Americanos. E permitiu, para responder ao questionamento do Deputado Osmar Júnior, que a Organização Desportiva Pan-Americana, que é a dona dos jogos, declarasse que os Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, foram os melhores da história. A qualidade da operação, Deputado Osmar, dos Jogos Pan-Americanos, dos transportes, da segurança, da alimentação, da saúde, da Vila Olímpica, foi um padrão olímpico, foi o que nos qualificou. Dois terços dos eleitores do COI estiveram na Rio de Janeiro e se impressionaram com a excelência da cerimônia do encerramento que nós realizamos dos Jogos Pan-Americanos. Então, eu diria que foi um sucesso pleno a realização dos Jogos Pan-Americanos, testemunhados pelos que acompanham a história dos desses jogos.

Voltando ao Deputado Carlos Willian, a Vila Pan-Americana é um empreendimento privado. Os apartamentos já foram vendidos. Não há oportunidade de invasão ou de ocupação por quem quer que seja, porque em 1 dia todos os apartamentos foram vendidos. É um empreendimento privado que contou com o financiamento da Caixa Econômica Federal em uma operação privada. A CEF financiou para ter remunerado o capital que aportou naquele empreendimento. Então, não há qualquer tipo de problema.

Quanto a essa questão que o Deputado Humberto Souto caracterizou como escândalo, permita-me, Deputado, dialogar, porque seria necessário refletir sobre onde está o escândalo dos Jogos Pan-Americanos. Sabemos que, muitas vezes, a manchete ou as manchetes publicadas não correspondem rigorosamente aos fatos. Sabemos que, muitas vezes, há versões.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Ministro, V.Exa. ficou de dialogar.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Eu preciso fundamentar a minha opinião.

[P28] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:28 Taq.:Paulo Rev.:



O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - É o seguinte: eu me baseei, assim como os brasileiros se basearam, na imprensa.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Claro. Eu sei.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Eu não conheço os fatos reais.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - É isso que eu estou...

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Eu não estudei o Orçamento.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - É isso que eu estou fundamentando, Deputado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Mas a imprensa, V.Exa. concorda comigo...

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Claro. É isso que estou fundamentando. Não necessariamente a versão e a manchete correspondem ao fato concreto.

Vou dar um dado objetivo: nós tivemos um processo muito valioso na relação com o Tribunal de Contas da União. Para nós, do Ministério do Esporte, particularmente, foi muito positivo. Por quê? Porque foi um acompanhamento em tempo real. Talvez tenha sido a primeira iniciativa em que houve um acompanhamento em tempo real. Isso tornou possível uma série de críticas do Tribunal de Contas da União, que reformulou processos de seleção pública, redefiniu determinados objetos, o que qualificou o processo de preparação para os Jogos Pan-Americanos. Parte do sucesso dos Jogos Pan-Americanos devemos à ação do Tribunal de Contas da União.

Tivemos um privilégio, o de muitas vezes termos tema de contrato criticado pelo Tribunal de Contas da União. E qual foi a nossa atitude? Suspendemos todos os pagamentos de temas questionados pelo TCU. Com que objetivo? Com o objetivo da devida apuração, com o tempo adequado da apuração, com a análise técnica que a apuração exige e sem ônus ao Erário.

Essa é uma medida preventiva, pouco noticiada. Raríssimas vezes, se é que se publicou alguma vez, foi dada à sociedade essa informação de que, levantado o questionamento, prontamente sustamos qualquer tipo de pagamento. E oferecemos todas as informações.



O Deputado sabe muito bem como se dá o processo de avaliação pelo Tribunal de Contas da União: há um relatório técnico preliminar, há a elaboração do voto do Relator e o acórdão do Pleno do Tribunal, que é o que vale e que para nós vincula. O acórdão do TCU é uma deliberação que nós cumprimos rigorosamente.

Antes de fechar todo o processo, antes da avaliação de recursos, de medidas complementares, não se pode considerar transitada em julgado uma decisão daquela Casa.

Por isso, Deputado, é que sou daqueles que valorizam o papel do Tribunal de Contas da União como órgão do Congresso Nacional de fiscalização e no limite da sociedade brasileira, que contribui para a boa utilização dos recursos públicos.

Por isso fomos parceiros. Eu tomei a iniciativa, de moto próprio, de provocar um acompanhamento, em tempo real, inclusive dos preparativos da Copa do Mundo, nos moldes que nós vivemos durante os Jogos Pan-Americanos.

Quando eu faço o questionamento sobre o que é escândalo é porque precisa ser avaliado amiúde, ser avaliado no detalhe. Porque no Brasil há leis. Por exemplo, a Lei de Licitações estabelece as várias modalidades de seleção pública. Estabelece inclusive possibilidades em que há dispensa ou inexigibilidade de licitação. Isso está na lei. Um contrato direto é diferente de escândalo ou de uso inadequado de recursos. Por quê? A lei prevê possibilidades determinadas, de determinadas instituições e de determinados serviços.

Então, acredito que talvez esta nossa conversa tenha sido um pouco prejudicada porque, ao estarem juntas a Comissão de Desenvolvimento Urbano, a de Fiscalização e a de Turismo e Desporto, há um conjunto de temas que precisam ser discutidos e fica limitada a abordagem desses temas com a profundidade necessária que exigem. Porque são óticas diferentes sobre o mesmo problema, e uma análise com mais vagar, com mais vigor poderíamos prestar mais esclarecimentos a esta Casa.

Então, só faço **essa** observação, Deputado Humberto Souto, porque eu valorizo o papel do Tribunal de Contas da União. Esse é um problema até democrático, não é? E para nós foi um auxílio muito importante na gestão e confio que será no futuro.

[P29] Comentário: Sessão:1773/09
Quarto:29 Taq.:Paulo Rev.:



Refuto a palavra escândalo porque eu acredito que mereceria uma qualificação do que se trata. E a leitura de manchete não é o suficiente para se chegar a essa conclusão.

Como disse ao Deputado Osmar Júnior, a ODEPA fez uma avaliação muito positiva dos Jogos Pan-Americanos. A ideia é de que haja uma responsabilidade de cada ente, e nós perseguimos a tal da matriz de responsabilidades.

Aqui, Deputado, há uma questão que não é simples. Por exemplo: eu ofereci os 11 itens em que o Governo Federal ofereceu garantias à FIFA. Rigorosamente, esses são os problemas em que o Governo Federal tem responsabilidade direta. Então, o sistema aeroportuário, o sistema portuário, a malha aérea mesmo são tarefas exclusivas de competência do Governo Federal. Mobilidade urbana e estádios são temas locais. Mas qual é a dificuldade? São temas locais, mas solidariamente o Governo Federal deve agir. Por quê? Sabedores que somos, digamos assim, da dinâmica tributária brasileira e da capacidade de investimento diferenciada dos 3 níveis de Governo, acaba, solidariamente, o Governo Federal contribuindo, porque, digamos assim, é o interesse nacional que é posto em questão.

De fato, o Presidente Lula orientou que preparássemos uma matriz de responsabilidade. Isso vai ser assinado em 3 cidades, quando do anúncio das iniciativas de mobilidade urbana. Deve ser assinado entre as cidades, para que fique claro para o Congresso Nacional, a imprensa e a sociedade, a fim de que os órgãos de controle possam cobrar de quem de direito.

A ideia do Deputado eu acho preciosa, a de regularmente os responsáveis pela gestão... E enquanto eu tiver essa missão no Governo, terei o maior interesse de frequentar esta Casa para expor o andamento de cada uma das tarefas definidas nessa matriz de responsabilidades. Essa avaliação periódica, portanto, é mais que pertinente.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Só lembrando, Sr. Ministro, no caso do Rio de Janeiro, da dificuldade da relação entre União, Estados e Municípios, o povo não sabia disso, mas é importante que saiba na condução, não só depois. Por isso é que eu acho importante.

O SR. MNISTRO ORLANDO SILVA - Claro.



O Deputado Lupércio Ramos pautou uma questão. Veja, Deputado Lupércio, seria demasiado dizer, mas vou dizer que o Poder Legislativo é absolutamente autônomo e que tem competências e responsabilidades que são exclusivas, prerrogativas próprias. A definição do Orçamento é uma prerrogativa do Poder Legislativo, e o Poder Executivo deve cumpri-lo de acordo com o que foi aprovado aqui. Então, como aprovado é o que vai orientar a execução por parte do Poder Executivo. Evidentemente que isso está condicionado à confirmação de números, de arrecadação. Mas eu acredito que essa decisão do Poder Legislativo vai repercutir sobretudo no âmbito do Poder Executivo.

Existe uma opinião, administrativa e política, de não se colocar recursos federais, do Tesouro Nacional, na construção de estádios. Essa é uma opinião. Eu falo inúmeras vezes. Agora é um tema que pode ser debatido pelo Congresso Nacional. Se eu for chamado a participar do debate, eu vou apresentar as minhas razões de por que acho inadequado que isso se realize. Mas é um tema a ver e vai depender — prefiro não vamos discutir em tese — da decisão do Legislativo.

Com relação ao Orçamento da área do Esporte, eu luto todo dia para que ele evolua. O que é autorizado no Congresso Nacional e o que é executado pelo Poder Executivo.

Faz sentido a preocupação do Deputado Fábio Faria de que é importante investir na preparação dos atletas.

Nesse sentido, já há 2 iniciativas muito importantes, que nós temos trabalhado no âmbito no Poder Executivo. A primeira, que visa ampliar a formação da base do esporte de alto rendimento no Brasil. Temos chamado de Cidades Olímpicas, que é priorizar investimento em cidades que adotem determinadas modalidades, sobretudo a formação de base dessas modalidades. O Governo Federal priorizaria investimento nessas cidades, sobretudo com infraestrutura e equipamentos. Enquanto que a cidade e o parceiro contribuiriam com a manutenção dessas instalações, dos profissionais dessas instalações, que seriam treinados pelas Federações e Confederações de cada uma das modalidades. É uma iniciativa que, para nós, é muito importante, as Cidades Olímpicas, para estimular a formação de base.



Atletas de Ouro é uma segunda iniciativa. Porque nós percebemos que o Bolsa-Atleta, um programa que apoia atletas que tem bom rendimento e não tem patrocínio, é bom, mas não é suficiente. Porque uma parte dos atletas têm algum patrocínio — um pequeno patrocínio, mas tem algum — está fora e precisa de um apoio para ele e para a Comissão Técnica, que não dá suporte. Às vezes, um esforço a mais pode permitir que esse atleta chegue a uma final e passe a disputar, de fato, uma medalha olímpica.

Então, falei assim muito rapidamente, mas a ideia é fazer um investimento focalizado no ápice e na base da pirâmide e junto com isso uma experiência que V.Exa. conhece, porque dirigente no Estado de Amazonas, é multiplicar espaços como aquele do Centro Olímpico de Treinamento de Manaus. Nós teríamos de ter, pelo menos, em cada Estado, um centro olímpico que cuidasse da parte intermediária, do aprimoramento técnico na formação desses atletas.

As preocupações do Deputado Simão Sessim são as de todos nós, de que possamos superar o contingenciamento do Orçamento de 2009, reforçar o planejamento e cumprir rigorosamente esse planejamento das ações tanto para a realização da Copa do Mundo quanto para a realização dos Jogos Olímpicos em 2016.

Nós trabalhamos diuturnamente, querido Deputado Simão Sessim, para que esse planejamento e a retirada dele do papel sigam o cronograma estabelecido, porque tenho plena consciência de que o cronograma custa mais ou menos para a sociedade brasileira.

Quero pedir desculpas aos Deputados que presidem as Comissões por não poder não me alongar mais e aos Parlamentares por ter dado respostas mais econômicas do que deveria, mas o tempo impõe que assim seja.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Ministro, ainda sobre o tema, antes de V.Exa. terminar, eu gostaria de dizer que eu não me referi em hipótese alguma à forma como V.Exa. se conduziu neste processo. Achei muito importante as explicações que deu em relação ao problema da contribuição que o Tribunal deu neste andamento. Ao mesmo tempo, faço elogios a V.Exa. pelo seu zelo na



condução dos trabalhos e digo que o termo escândalo não foi utilizado pelo Deputado Humberto Souto, e sim da imprensa nacional.

Então, para evitar exatamente que isso se repita, que ocorra, a minha fala foi no sentido de que, com tempo necessário, V.Exa. tome as providências para que não se repita esse fato. E que a imprensa, certa ou errada — nós temos que nos conduzir pela imprensa num país democrático —, não possa novamente enxovalhar todo esse trabalho, que na visão de V.Exa. foi bem acompanhado, mas que, na visão da imprensa e do que transmitiu para a sociedade, foi um processo efetivamente escandaloso com referência aos gastos dos recursos.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ministro, só uma sugestão, por ocasião do PAN no Rio de Janeiro nós, Deputados da bancada do Estado — o Ministro sabe disso —, abrimos mão das nossas emendas individuais e doamos os recursos para a recuperação do Maracanã. Pode ser também que os outros Deputados façam isso em seus Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Ministro, nós queríamos agradecer a V.Exa. a presença.

Nós precisamos cumprir a formalidade de aprovar as atas, por se tratar de reunião conjunta, mas vamos liberar o Ministro Orlando Silva. Antes, atenderemos a pedido do Presidente Afonso Hamm, que irá entregar ao Ministro a programação do Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa 2014, que se realizará em Cuiabá, no dia 15 de outubro de 2009. O Deputado Afonso Hamm entrega ao Ministro.

Por se tratar de reunião de audiência pública conjunta, vou submeter ao Plenário a ata da reunião.

Tendo em vista que cópias foram distribuídas, indago aos Deputados da necessidade da sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Sciarra) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Silvío Torres.

Passemos à votação.

Os Deputados que a aprovam a ata permaneçam como se encontram.
(Pausa.)



Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Obrigado.

Está encerrada a reunião.